

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

ANNO II

Rio de Janeiro, 10 de Setembro de 1915

Nº 24

Grupo mantenedor: Bertholdo Klinger, Lima e Silva, Pompeu Cavalcanti, (redactores); Estevão Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis, Francisco de Paula Cidade, Mario Clementino, Parga Rodrigues, Jorge Pinheiro, Euclides Figueiredo, Taborda, Amaro Villa Nova, Maciel da Costa.

□ □ □

SUMMARIO

EDITORIAL

Ainda a licção da guerra.
Sobre uma conferencia do Dr. Miguel Calmon

PARTE JORNALISTICA

A reducção dos effectivos	Redacção
Serviço militar obrigatorio.....	1º Tte Castro Ayres
Questões para a minha arma.....	2º Tte Mario Travassos
Solução expedita para o problema da massa cobridora.....	Brazilio Taborda
Dois assumptos.....	2º Tte F. Paula Cidade
O Reg. de Infantaria de 16-12-1914	E. L. C.
Em defesa do R. T. A.	Cap. Lima e Silva e Tte B. Klinger
Regimen das massas.....	Cap. int. A. L. de Carvalho
Questões á margem.....	1º Tte B. Klinger

NOTICIARIO

Patrulhas de infantaria — Dr. Miguel Calmon —
O registro militar na capital da Republica — Passagem de rio
com os cavallos a nado — Relatorio da Columna do Sul —
Conferencias regionaes no Perú — Subscricao para as familias
das victimas dos “fanaticos” do Contestado — Expediente

A Defeza Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redactores: BERTHOLDO KLINGER, E. DE LIMA E SILVA e POMPEU CAVALCANTI

N.º 24

Rio de Janeiro, 10 de Setembro de 1915

Anno II

EDITORIAL

EM sua edição da manhã publicou o "Jornal do Commercio" de 11 de Agosto de 1915, uma conferencia sobre a guerra actual, realizada pelo Dr. Miguel Calmon, no Instituto Historico da Bahia, em beneficio dos flagellados pela secca do nosso Norte.

Reproduzimos a seguir as passagens em que se encontra a essencia d'esse proficiente estudo historico-economico, deixando de parte as apreciações sobre a Alemanha, exteriores a tal ponto de vista. A essas pôde-se deixar de partilhal-as, como, francamente, se dá commosco sem o minimo embargo ao mais perfeito accordo sobre as lições deduzidas.

E' mesmo a feição mais curiosa do estudo do illustre conferencista, que lhe empresta especial valor, a de ser inspirado n'uma sympathia profunda, sem rebuço, pela França e inabalavel esperança na vitoria final das nações que a ella se congregaram.

Não ha, pois, a mais longqua suspeita de parcialidade contra os ensinamentos d'esta guerra taes como em definitiva se deprehendem, nas formulas explicitas a que chegou o Dr. Miguel Calmon:

Façamos a instrucção primaria obrigatoria. Executemos o serviço militar obrigatorio.

**

Cabe aqui lembrarmos algumas palavras do Editorial do numero 12 desta revista, escriptas precisamente ha um anno. Assim concluiamos:

"Despertemos, ou seremos victimas... A Argentina, com a quarta parte da população e com uma porcentagem muitas vezes superior de estrangeiros, executa desde ha muitos annos o serviço militar obrigatorio e incorpora todos os annos contingentes de conscriptos ao exercito e á marinha resolvendo ao mesmo tempo dois problemas capitais: a formação da nacionalidade e a robustez dos homens.

E como a Argentina, o Chile... (*)

Como collaboramos nós no ideal panamericano? Com a fraqueza, esperando a protecção dos fortes."

E linhas antes, ainda pag. 375, Anno I, escreviamos:

"Precisamos despertar a consciencia da nação e indicar-lhe o futuro que o destino nos offerece. Não nos devemos contentar de sermos um *povo fraco* que vive sobre-saltado com os acontecimentos mundiaes, temendo pela nossa fragilidade o sacrificio de nossa soberania.

Nós temos todas as condições para sahirmos desse papel humilhante e perigoso de testemunha impotente para evitar os perigos que ameacem a patria, pro-

(*) Accrescente-se: E o Perú, que vae executando a sua lei de 31-5-1912.

curando amparo nas incertezas doutrinarias do pan-americanismo. (*)

Guemos a infancia para a escola e ensinemos-lhe as glorias dos nossos antepassados, conquistadas na paz e na guerra, despertando nella o orgulho da nacionalidade. Cultivemos-lhe os musculos com a gymnastica e lhe daremos assim audacia e confiança em si.

Façamos a instrucção primaria obrigatoria.

Ensinemos aos jovens robustos o manejo das armas e façamos-lhes provar as durezas da vida militar e assim lhes desenvolveremos o espirito de sacrificio que a defeza da patria exige.

Executemos o serviço militar obrigatorio.

**

Ser forte é incontestavelmente uma condição imprescindivel a toda nação ciosa de sua integridade territorial e moral. Deixando já as nações propriamente em luta haja vista o que se passa com as neutras mediata ou immediatamente attingidas quer pela situação geographica quer pelas relações commerciaes.

«Ser forte é orgulhar-se do passado e ter consciencia do que se quer para o futuro. E' preciso fazer respousar a soberania nacional no coração dos povos e tornar os homens capazes de assegurar com efficacia a independencia nacional.»

Se nos paizes de organisação social adiantada, a força armada preenche o fim de assegurar a defeza do conjunto dessa organisação e, em virtude do resultante sentimento de segurança, estimular o seu desenvolvimento, nos paizes como o nosso, de organisação social atrazada, desordenada, sem plano geral, sem continuidade nem convergencia de esforços a convenien-

E haverá alguém sinceramente crente de que o recente tratado do ABC tenha siquer diminuido essas incertezas?

Seria esquecer mui depressa que «a ponta da espada vae rompendo os tratados e despedaçando as convenções dictadas no tempo de paz pela solidariedade humana e desfeitas na guerra pela cobiçosa da victoria.»

te organisação militar, aliás imprescindivel, terá um effeito muito mais alto, qual o de servir de ponto de partida á diffusão do ensino primario, do sentimento da unidade e solidariedade nacionaes, da disciplina, emfim do habito de trabalho, da iniciativa, do progresso.

**

Ha dois traços que sobresahem nesta campanha e que se tornaram os dois pólos da victoria: a impersonalidade da acção e a solidariedade dos esforços... Antes da guerra as preocupações pessoaes causavam á França as maiores perturbações na vida politica administrativa...

As ambições desenfreadas de alguns politicos que sobreponham á causa nacional os interesses mesquinhos das camarilhas paralysavam em horas graves da vida internacional as energias do paiz...

(Como parece talhado sob medida para este "Paraizo da Neutralidade"! A politicagem roaz não se compadece com a organisação séria do Estado; não pôde, portanto, tolerar quanto mais crear uma conveniente organisação das nossas forças armadas.

E' como se explica a sua incoherencia apparente: nos momentos criticos appella para o Exercito ou a Armada, organismos depauperados, sobretudo pela alimentação defeituosa e autophagia (*), literalmente incapazes d'un esforço prolongado; entretanto, nos interregnos de poderio incontrastado não procura fazer d'elles expressões reaes de força, energia potencial, organisação.)

Sirva-nos de lição — diz o conferencista a propósito da França onde só a guerra, o perigo commum proximo, imminente, teve o poder de apagar os resentimentos pessoaes que devairavam os politicos — e olhemos um pouco mais para o futuro do paiz e bem estar do povo tão

(*) Outra coisa não é o preenchimento das fileiras com os numerosissimos engajados e revolucionarios que deviam estar na reserva e deixar seus lugares para outros.

acossado de soffrimento, do que para inglorios successos de campanhas pessoeas que nos descoroçoam e aviltam.

A solidariedade dos esforços é quasi um corollario natural da primeira qualidade apontada (a impersonalidade da acção); sem esforço anonymo não ha collaboração possivel.

... os Francezes, á força de apurarem as causas dos desastres de 1870, descobririram que o conjunto de circumstancias fortuitas que comprometteram a campanha não se reproduziria duas vezes na historia e, com a descoberta, renasceu a fé nos destinos da patria...

Adquirida a confiança em si mesmos cumpría adoptar os meios de fortalecer-a cada vez mais; a **organisação da escola**, aberta a todos mas estranha aos credos e partidos, e do **serviço militar obrigatorio** que reunia nas fileiras durante tres annos todos os Francezes da mesma idade, qualquer que fosse a condição e riqueza, exerceram a mais decisiva influencia em tal sentido.

Mas se as nações aliadas nos offerecem lições dignas de interesse é mistér salientar que estas revestem sempre caracter de improvisação, o que só é exequivel em nações de grandes riquezas accumuladas e de industria muito desenvolvida.

Eis ahi um motivo para reflectirem aquelles que, de bôa fé têm por desnecessaria a execução da lei do serviço militar obrigatorio, entre nós, citando o exemplo da Inglaterra. Acaso estaremos nessa condição da improvisação da qual queiramos deixar depender a nossa defeza nacional? Somos acaso uma nação de grandes riquezas accumuladas e de industria desenvolvida?

Despertemos, ou seremos victimas...

Todos os nossos esforços devem convergir para a adopção e execução de uma organisação *providente e methodica*, elaborada com o vagar necessario e nos mais

rigorosos principios de economia, que não se conformam com os planos de ultima hora...

Klinger.

A reducção dos effectivos

A Camara teve o ensejo de ouvir, em sua sessão de 26 de Julho ultimo, a palavra autorizada do sr. commandante Souza e Silva, na discussão da lei de fixação de forças para o proximo exercicio.

Foi para aquelle ramo do Legislativo uma valiosa explanação sobre o nosso organismo militar, feita á luz dos modernos principios e com o apoio de eloquentes ensinamentos da historia contemporanea e dos dias que correm, no que se relaciona com as responsabilidades do Congresso na efficiencia desse orgam immediato da defeza nacional.

O exemplo da França, mal preparada porque a lei tão requerida dos tres annos estava sendo objecto de discussão no Parlamento, precisamente quando nenhum sacrificio devera ser poupadão; e mal armada porque os interesses abstractos da humanaidade lhe entravam a acquisitione do material de grosso calibre e dos aprovisionamentos necessarios... O exemplo da Belgica, descuidosa de sua defeza, a despeito da convicção corrente do destino que a aguardaria e apanhada em plena reorganização militar, depois de afinal vencidas nas Camaras as mais tenazes resistencias á implantação do serviço obrigatorio... O exemplo da Inglaterra cujos recursos em homens, dada a sua avultada população, têm sido irrisorios aos olhos de todos e com especialidade aos de seus aliados... foram argumentos preciosos levados aos membros da Camara, entre alguns dos quaes medra ainda a convicção de que é possivel improvisar-se um exercito em seis meses!

Lamentamos não poder transportar para as nossas columnas toda a brillante oração publicada no *Diario do Congresso*, de 29 daquelle mez, e que mereceu de quantos a ouviram os mais justos aplausos.

Não privaremos porem os nossos leitores de algumas transcripções.

E' altamente consolador constatar que os representantes militares já se dispuze-

ram a trazer o concurso de seu talento, de sua capacidade para a discussão dos problemas que mais directamente dizem respeito á nossa defeza, ao envez de se entregarem ao fabrico de leis pessoais, de interesses restrictos, não raro em collisão com direitos de terceiros.

O Exercito e a Marinha já estão habituados a vêr em muitos de seus membros, no Congresso, os maiores inimigos da classe, seja por se haverem constituído em advogados de pequenos interesses, seja porque, alheios inteiramente á instituição a que pertencem, com supremo desdém a encaram se não com a mais absoluta ignorância de sua situação, de suas necessidades.

Por esse lado, o Exercito deve ser particularmente grato ao sr. commandante Souza e Silva que em plenario, no Monróe, não só discutiu a proposta do governo como abalisado profissional que é, mas ainda, n'uma apreciação serena e elevada, soube analysar o papel das forças militares atravez da nossa agitada e fluctuante vida politica.

Estudando o parecer do relator da commissão de Marinha e Guerra quando este faz sentir que o efectivo do tempo de paz deve ser tal que permitta *sem destruir a cohesão da tropa* incorporar o numero insufficiente de reservistas para annular o primeiro embate do inimigo; e que a constituição do Exercito de paz deve realizar a passagem ao pé de guerra simplesmente com a inserção de reservistas, *sem a criação de unidades novas* — condições que interessam enfim á instrucção e á rapidez da mobilisação, diz S. Ex.:

"Para conseguir este objectivo (annular o primeiro embate ou desferir o primeiro golpe) não se pôde admittir efectivo menor do que o calculado pelas autoridades militares. Neste terreno não se pôde ceder. O honrado relator calcula ser necessário um efectivo de 34.098 homens.

"Ora, áquelles que criticam, que procuram ridicularizar a efficiencia do Exercito porque em dadas occasões elle não se apresenta com o mesmo apparato nem evolue com a mesma rapidez que os demais Exercitos; áquelles que o ridicularisam porque elle lucta com as maiores difficultades para se desempenhar das operações profissionaes, perguntarei o seguinte: si um Exercito para cujo efectivo minimo se calculam necessarios 34.098 homens, com

18.000 praças poderia executar serviços para os quaes é imprescindivel aquelle effectivo?

Tendo, porém, que se conformar com a exiguidade de recursos e de accordo com o alvitre do relator que lembra distribuir o effectivo por um numero menor de corpos, dotando cada um delles com o numero de homens sufficientes para permitir a incorporação dos reservistas no caso de mobilisação, *embora desapparecendo temporariamente um certo numero de corpos*, o orador apresenta, por sua vez, a seguinte idéa:

"Organisar alternadamente todas as unidades de modo que em taes e taes annos umas unidades fossem completadas enquanto outras só existiriam com um nucleo de officiaes, sem effectivo, e que, em outros annos, estas unidades que tinham estado completas no anno anterior ficassem reduzidas ao quadro de officiaes, completando o Governo então o effectivo das que antes estavam só com os quadros dos officiaes.

"Deste modo, na passagem do pé de paz para o de guerra poderíamos contar, de um lado, com um certo numero de praças que tinham prestado serviços em dadas armas, em dados regimentos, aos quaes correriam a encorporar-se, e de outro lado, com aquelles que tinham prestado serviços em outras armas e outros regimentos e por sua vez iriam completal-os. Teríamos assim todas as unidades promptas com efectivos completos de soldados adentrados."

E, como um meio de passagem do maior numero de homens pelas fileiras, no mais curto tempo, apoia S. Ex. o parecer da Comissão que propõe "ser o tempo de serviço na infantaria apenas de um anno".

Nós já tivemos occasião de lamentar, pelas columnas desta Revista, a dispersão dos recursos com que nos dotam e que nos permittiriam ter um maior numero de praças do que essa cifra de que dispomos annualmente, sempre sob o pesadelo do desequilibrio de nossas finanças.

Em nosso Editorial do n. 3 (*) escrevemos que a unica solução para este problema era diminuir o custo do soldado, alem de aproveitar, em favor do augmento do Exercito, as economias que por nossa

conta pudessemos fazer nos serviços internos do Ministerio da Guerra.

“Deem-nos serviço militar obrigatorio, regional e gratuito, libertemo-nos do peso morto de certas instituições que absorvem para outros fins sommas fabulosas e nós, como já prometemos, nos encarregaremos do resto, dos effectivos normaes, da organização divisionaria, da descentralização administrativa.”

Tivemos agora a fortuna de ouvir, pela voz autorizada de S. Ex. afirmar-se no seio da Camara que “todos estes projectos, todas estas iniciativas, estas medidas serão inuteis, improductivas, si o serviço de recrutamento do Exercito para o preenchimento do efectivo de suas unidades não fôr realizado mediante a lei do Sorteio Militar”.

Discordo dos que declamam que o nosso Exercito é o mais caro do mundo, disse S. Ex. a um aparte de um sr. deputado que se mostrára alarmado com as nossas despezas militares.

“O que faz parecer que o nosso Exercito é caro e o que o torna de facto oneroso é o facto de estar o numero de praças muito abaixo da proporção do numero de officiaes, muito abaixo do que o exigido pelos regulamentos militares. Si se quizer elevar o efectivo de nosso Exercito a 50.000 homens, digamos, verá V. Ex. que o que crescerá em despesa não estará na mesma proporção do aumento de sua efficiencia representada pelo aumento de soldados.

A efficiencia do Exercito duplicará, triplicará, decuplicará talvez e a despeza não dobrará talvez, não triplicará siquer. O armamento já existe em grande quantidade.

“Ha exercitos caros e exercitos onerosos: caro é o que despende muito, mas que é efficiente; oneroso é aquelle que custa muito dinheiro e não presta para nada ou fica abaixo de sua missão”.

Em relação á nossa inefficiencia:

“Os sacrificios têm sido improficos pela falta de logica e coherencia de que temos dado prova, porque nesta questão militar não ha duas soluções: ou se precisa de um dado exercito e de uma dada marinha que custam tanto e se deve gastar mesmo esse tanto ou então nada se deve gastar quando, sendo necessário esse dado exercito e essa dada esquadra se deseja possuir os gastando apenas metade ou menos ainda do que seria preciso. Gas-

tar incompletamente com um exercito e exigir que elle seja efficiente é um absurdo; mais vale nada gastar.”

Infelizmente as palavras do orador, em decidido apoio ao parecer da illustre Comissão de Marinha e Guerra, na Camara, não demoverão o Congresso fakisado dos seus processos costumeiros.

O Relator da Receita, no parecer que vem de apresentar, visando os grandes cortes determinados pela má situação financeira, entende que é imprescindivel, no Ministerio da Guerra, «uma consideravel reducção dos effectivos».

Tendo escolhido, para o golpe a desferir, não o peso morto de certas instituições, de certos serviços extra-militares, mas os effectivos já de si tão exiguos, só realmente «uma consideravel reducção» permitirá apurar-se uma somma apreciavel tendente a equilibrar o nosso desconnexo orçamento geral.

Mas então para chegar-se a uma solução tão luminosamente original, de conceber-se um exercito sem soldados, os quatro meses de legislatura não bastaram e é imperioso, para estudos tão timidos nos nossos orçamentos, que se prolonguem as sessões por mais alguns meses?

E' para nós uma dolorosa certeza conhacer á saciedade que as despezas militares são para a maioria dos srs. congressistas nada mais do que uma preocupação orçamentaria a qual se procura, alias, sorteiramente diminuir, de anno para anno, até a situação ideal de seu desapparecimento. A Providencia irá sempre suprindo a nossa imprevidencia.

Não passam de «patriotas alarmados», para não citar senão o melhor juizo a respeito, aquelles que vivem a imaginar uma invasão nas nossas fronteiras ou um attentado á nossa soberania. Quando se fizer entretanto preciso, si é possível admittir-se o absurdo de uma guerra, cada brazileiro, cada cidadão exaltado de patriotismo saberá advinhar onde lhe cumpre apresentar-se, saberá desenvolver-se sob esse espirito de iniciativa que guardamos latente para os momentos mais graves e desempenhará com assombro para o inimigo attonito, as mesmas acções, as mesmas operações para cujo desempenho foi a este necessario um longo tirocinio, um meditado trabalho, um activo treinamento.

O illustre Relator da Receita que, é de justiça reconhecer-se, procura subordinar



o projecto de orçamento a um plano de conjunto, seleccionando nos diversos ministerios as diferentes verbas a manter, entendeu com muito criterio não assumir a responsabilidade da reducção dos efectivos sem previa combinação com o Executivo e antes de conhecer o espirito da Camara e, si possivel fôr, do outro ramo do Legislativo.

Competirá, então, parte ao Congresso parte á administração militar decidir da sorte dos nossos, já de si tão reduzidos efectivos.

Vae o Ministerio da Guerra assumir uma grave responsabilidade e pôr á prova, perante o Exercito, a sua sinceridade e o seu desassombro. (*)

(*) Os ultimos jornaes que esta Revista alcança noticiam a ida do Sr. Ministro, á Camara no empenho de impedir a reducção anunciada.

Pompeu Cavalcão

O Serviço Militar Obrigatorio

A formidavel guerra que se trava presentemente no continente europeu veio mais uma vez provar a excellencia do serviço militar obrigatorio, factor capital da tremenda resistencia allemã.

De todos os povos empenhados nesta guerra, destaca-se o povo inglez, por não possuir a sabia Lei do serviço militar obrigatorio, tendo pois um exercito de voluntarios.

Deve a Inglaterra, depois de quasi um anno de guerra, possuir um exercito, talvez de alguns milhões de homens, mas se isto ella conseguiu, foi devido ao grande valor dos exercitos francezes, compostos de sorteados, que supportando quasi só o formidavel embate dos exercitos allemães, permittiram que os inglezes organizassem exercitos de voluntarios.

Poderia a Inglaterra conseguir isto em uma lucta isolada com a Alemanha?

A resposta é facil de ser dada: Não!

Em 1874 uma primeira tentativa foi feita entre nós, para instituirmos o serviço militar obrigatorio, terminando por um completo fracasso; a segunda em 1908, iniciada sob tão auspicioza acceptação, caminha para o desfecho da primeira, si o nosso Governo não executal-a já.

A paz universal será por muitos annos; uma enganadora miragem e a terminação da presente guerra, o rearmamento

das Potencias e o serviço militar obrigatorio generalisado até á propria Inglaterra, que desde já procura institui-lo.

Qualquer que seja o grupo vencedor de Potencias, o grupo derrotado, apoiado pelo grupo vencedor, procurará compensações territoriales fóra da Europa.

A Asia, Africa e Oceania já se acham divididas, resta pois a America, especialmente a do Sul, cujas Nações ainda não possuem capacidade para se dirigirem, na opinião dos nossos amigos europeos.

Entre estas é o Brazil a que offerece o melhor pedaço, por ser a mais rica e a mais vasta, e, é triste dizel-o, uma das mais fracas militarmente fallando.

O que esperamos nós?

A 29 de Junho ultimo compareci ao Club Militar para assistir á sessão solenne commemorativa do passamento do immortal Marechal de Ferro.

Depois de ouvir o vibrante e patriótico discurso de um sacerdote brasileiro, o conego Olympio de Castro e outros de distintos oradores, ocupou a tribuna um modesto operario, cujo nome não me ocorre neste momento, que em seu discurso queixou-se de não termos a Republica sonhada por Silva Jardim, não serem iguaes os direitos e deveres de todos os cidadãos brasileiros, e ser uma burla o voto popular, appellando por fim para os Generaes presentes, para que trabalhassem em pról do engrandecimento e prestigio da Republica.

Possuisse eu o habito da tribuna e teria pedido a palavra para provar ao nosso povo e fazer um energico appello ao Exmo. Sr. Presidente da Republica e ao Congresso Nacional, para que fosse executada a Lei do Sorteio e instituido entre nós o ensino primario obrigatorio, que teríamos assim conquistado a verdade do voto popular, a igualdade dos direitos e deveres de todos os cidadãos brasileiros e cimentado sobre bases indestructiveis, a nossa unidade politica, força e grandeza futuras.

Ha poucos dias a minh'alma de soldado sentiu-se ufana, enquanto que meu coração de brasileiro encheu-se de profunda tristeza.

Tinha como vendedor de hortaliças em nossa casa, um humilde filho da bella Italia, vivendo ha muitos annos sob o hospitaleiro céo de nossa Patria, aqui possuindo seus haveres e sua familia.

No dia 17 procurou-me elle e com

linguagem franca, communicou-me que vinha despedir-se por ter de seguir para o theatro da guerra, em defesa da sua amada Patria.

Com verdadeira emoção dei-lhe o fraternal abraço do soldado, reconhecendo neste momento a grandiosidade deste acto de tão elevado patriotismo, sentindo pulsar sob a sua modesta blusa, um coração grandioso e uma nobre alma.

Poderia este homem não se ter apresentado ao consulado do seu Paiz, passando a desertor e em seguida naturalizando-se brasileiro; mas o serviço militar já prestado nas fileiras do exercito italiano, que como todos os exercitos é uma grande escola de civismo, incutiu-lhe no espirito a forte religião do Dever, fazendo-o cumprir com o maximo sacrifício de defender a Patria.

Sirva este exemplo, como inumeros outros, de incentivo á mocidade de nossa Patria para que uma campanha se faça, em prol do serviço militar e do ensino primario obrigatorios.

Castro Ayres.
1º Tenente

Questões para a minha arma

Os problemas da theoria do fogo são de uma severa importancia. Os dados balisticos acham, nesse conjunto de principios, o seu ponto de vista tactico. O aproveitamento do terreno é o que caracteriza, essencialmente, essa theoria.

Determinadas as leis do grupamento e da dispersão resta applical-as ás tropas que ondulam com os vales e as cristas.

A vulnerabilidade das formações e linhas de atiradores exige que levemos em conta os gráus dos declives e as cotas dos relevos. Saber aprecial-os é de uma urgencia palpitante na maioria das vezes. Levantar todo o rendimento d'elles é, pois, tão necessario quanto precisar as distancias.

Só conseguiremos esta sorte de gymnastica visual por uma pratica cuidada e perseverante. Adoptado um instrumento ou processo que registe os resultados das nossas observações, em breve, faremos sem esse auxilio.

Com essa intenção é que nos lembramos de vulgarizar um processo expedito,

colhido algures. É de uma simplicidade a poder nos valer mesmo durante a acção. Sobretudo tem a vantagem de espalhar a solução de ambos os casos — declives ou relevos.

**

Trata-se de ter aferida a nossa espada. Para isso:

a) Colloquemo-nos deante de um espelho vertical, na posição de sentido e com a espada desembainhada; o pomo dos cōpos deve assentar no vertice do osso do quadril direito e a lamina na vertical.

b) Fixa-se a espada com a mão esquerda, enquanto a direita corre lamina acima, o pollegar sobre o dorso.

c) Inclina-se a lamina para a frente do corpo, sem prejudicar a firmesa deste e em toda a extensão do braço direito; observa-se, deixando correr a mão, mas sem

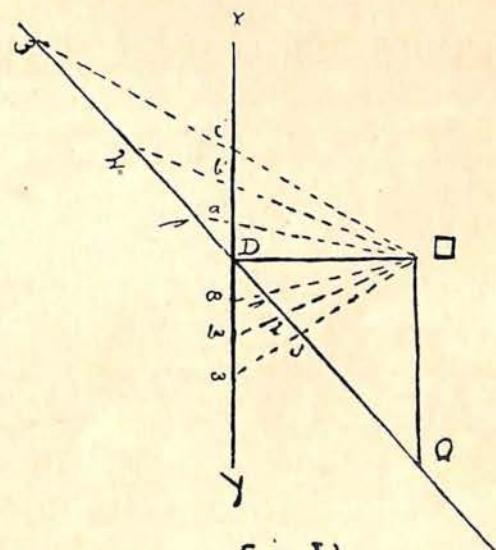


Fig. I)

mover com a cabeça, quando se dá a coincidencia, no espelho, das imagens do olho direito e do dedo pollegar; na lamina e com uma lima, assignala-se esse ponto.

d) Agora a mais nitida immobilidade; um camarada nosso medirá, com uma fita metrica, as distancias: 1º do olho direito ao pollegar; 2º do olho direito ao vertice do osso do quadril direito; 3º do olho direito aos pés; essas tres medidas devem ser gravadas na lamina ou guardadas de memoria.

e) Finalmente, n'um quadro negro traçaremos em verdadeira grandeza a vertical OQ (medida olho-quadril) e a horizontal OD (medida olho-dedo) (fig. 1).



Une-se D e Q e se prolonga. A extensão DQ deve ser exactamente a que existe do pomo dos cópos da espada á ranhura feita na lâmina.

Em seguida tira-se por D uma paralela XY á vertical OQ . Esta recta indefinida, dividimola em centímetros para cima e para baixo de D . Então traça-se as rectas Oa , Ob ... $Oá$, Ob' ... que prolongadas marcam na lâmina as grandezas 1, 2, 3... para a direita e a esquerda de D e que determinaremos com outras tantas ranhuras á lima. Estas grandezas são proporcionaes á divisão centimétrica da vertical XY .

Temos, assim, a nossa espada uma vez por todas preparada a nos dar numericamente declives e relevos.

**

Vejamos como operar em cada caso. O oficial F ... tem a sua espada aferida; suas dimensões são:

$$OQ = 0,56; OD = 0,54; OP = 1,^m 50. \text{ (1)}$$

A) Declives. — Para avaliar os, o oficial se posta sobre sua inclinação e proximo á base ou vértice dos mesmos; estaciona a alguns passos á sua frente um graduado, sensivelmente da sua altura; este deve ficar virado para aquele e o cobrindo rigorosamente. Desembainhada a

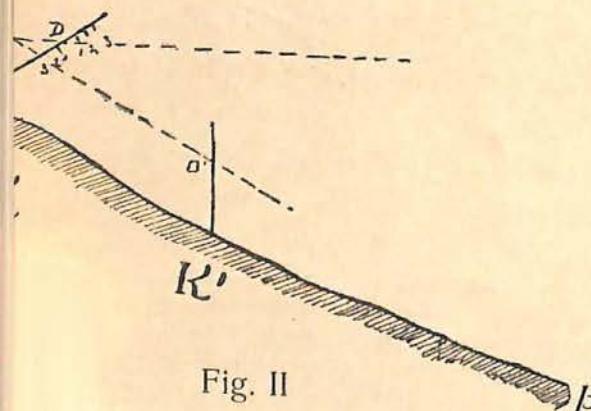


Fig. II

espada o oficial cumpre as disposições das alíneas a , b e c . Encontrada a ranhura principal (D) desloca o polegar pelas demais acima ou abaixo e observa em qual d'ellas se faz a coincidencia com o olho esquerdo do graduado. A ranhura que a realizar, divide-se-a pela medida OD e tem-se em graus o declive procurado.

(1) Esta medida só tem utilidade para a construção da (fig. I).

Exemplo:

Seja o declive $\alpha \beta$. (fig. II). (2)

O oficial em K e o graduado em K' . Supponhamos que a coincidencia da cabeça do dedo polegar do oficial e do olho esquerdo do graduado se dá na divisão 3. D'ahi temos:

$$\frac{0,03}{0,54} = \frac{1}{18} = 4^\circ$$

$$\alpha \beta = 4^\circ$$

B) Relevos. — Para estimá-los nada mais que repetirmos a operação do caso anterior, visando de baixo para cima um objectivo notável da crista. Achada a fração que dá o declive, multiplica-se o seu quociente pela distância avaliada do oficial ao objectivo e somma-se ao resultado a medida olho-pés.

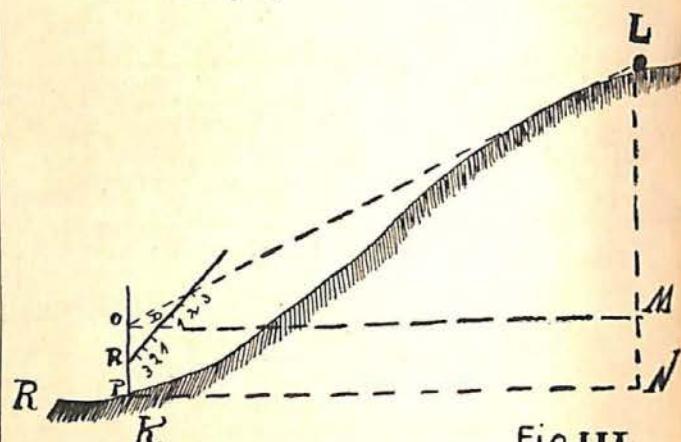


Fig. III

Exemplo.

Seja o relevo RE (fig. III).

O oficial em K visa a pedra L da crista. Façamos a hypothese de, novamente, a coincidencia se fazer na divisão 3. Assim temos:

$$\frac{0,03}{0,54} = \frac{1}{18}$$

A distância OL avaliada, supponhamos seja de 50^m . OP , já sabemos, tem $1,^m 50$. A expressão abaixo nos dará em metros a cota do relevo RE .

$$\frac{1}{18} \times 50^m + 1,^m 50$$

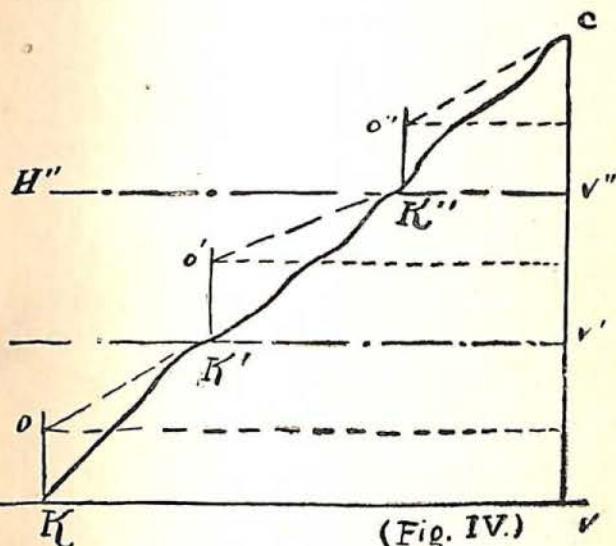
ou

$$2,^m 70 + 1,^m 50 = 4,^m 20$$

$$\text{Logo } ER = 4,^m 20.$$

(2) Nesta como nas outras figuras por não estarem em escala, não se encontra fidelidade aos números.

Isto porque o oficial estava no plano horizontal do terreno, no sopé do relevo. Se, d'ahi, não fosse possível visar a crista elle ocuparia successivamente os pontos K'' e K' do declive. Assim obteria as cotaas CV'' e CV' em relação aos respectivos planos horizontaes $H''V''$ $H'V'$ que cortam o terreno passando por seus pés. (figura IV).



(Fig. IV)

Se fizesse estação em K , por fim, determinaria a cota total da massa de terra.

* * *

Na offensiva e na primeira linha o processo que vimos estudando pôde ter applicação pela sua extrema simplicidade.

Entretanto dá maiores resultados ás tropas em reserva e na defensiva, situações que nos permitem minuciar mais o reconhecimento do terreno. Aliás, julgamol-o imprescindivel nos exercícios de quadros, quando os fizermos, pela falta absoluta de cartas detalhadas...

2º R. I.

Mario Travassos.

2º Tenente

SOLUÇÃO EXPEDITA PARA O PROBLEMA DA MASSA COBRIDORA

Desenfiamento e espaço morto

Antes de abordarmos de novo o assumpto, digamos algumas palavras sobre o artigo a este respeito publicado pelo Sr. capitão T... no ultimo numero do Boletim do E. M.

Diz elle referindo-se á sua tabella de desenfiamento e espaço morto :

«Esta tabe[la] foi inspirada no trabalho pratico do general Percin, mas só foi adaptada ao nosso

material de tiro rapido, depois de um acurado estudo etc.»

Ora, ao contrario do que affirma o articulista, é facil demonstrar que não houve adaptação alguma ao nosso material e que, alem deste erro grave, houve ainda desvirtuamento do espirito do referido trabalho do general Percin.

Conforme se vê das palavras que transcrevemos no passado artigo, (*) o general Percin combate em termos cathegoricos o uso de tabellas e organiza umas pequenas formulas faceis de lide mental e que dão por simples calculos de cabeça os espaços mortos correspondentes aos diferentes desenfiamentos para o canhão francez.

São as formulas $200 n$, $300 n$, etc. (*) em que a variavel n representa a inclinação do terreno da massa cobridora.

Que fez o Sr. capitão T...?

Tomou essas formulas organizadas para o canhão francez por um profissional que combate o uso de tabellas que não sejam as de tiro, deu valores á variavel e com os resultados obtidos organizou uma tabella (!) para uso do canhão brasileiro. (!!)

Pode isto chamar-se uma adaptação?

Que não houve tambem estudo acurado, demonstraremos a seguir.

Diz o general Percin, legislando para o canhão francez: «Para o desenfiamento do homem a pé o espaço morto é inferior a $200 n$.»

Inferior, prestem bem atenção. Se em questões de artilharia em geral, para o capitão T..., o que o general Percin diz é um dogma, como elle confessa em seu artigo, tratando-se do canhão francez, as palavras desse general devem ser pelo menos 2 dogmas.

Pois bem, nós nos propomos a demonstrar que, dentro dos limites que assignalamos em o nosso ultimo artigo, para o canhão brasileiro T. R. 1908, no desenfiamento do homem a pé, o espaço morto é superior a $200 n$.

Superior, pedimos atenção.

Para isto procuremos determinar o espaço morto rigoroso, como ensina o general Percin (um dogma) á pag. 47 dos «Cinq Années d'Inspection», para o nosso T. R., estabelecido com o desenfiamento do homem a pé numa inclinação de 3 %, por exemplo.

Sendo o desenfiamento de $1^m,65$, nessa rampa o canhão estará a $55 m$. da crista e a linha de fogo estará abaixo da crista $1^m,65 - 0^m,92 = 0^m,73$.

O angulo de sitio da massa cobridora em relação á linha de fogo será então de

$$\frac{0,73}{55} \text{ millesimos} = 13,2727 \dots$$

ou sejam $13,3$.

Para o nosso T. R. até $100 m$. o angulo de tiro é negativo : $e' - 1$.

Sommando-o ao angulo de sitio achado teremos :

$$13,3 - 1 = 12,3.$$

Entrando com este angulo na tabella de tiro encontraremos :

para 10 millesimos. $600 m.$

Na columna da variação por milesimo (quarta columna) encontraremos $41 m.$ para o angulo 10 e 39 para o angulo 13 , o que nos dá uma média de $40 m$. Então para $12,3$ teremos : $600 + 2,3 \times 40 = 692 m.$ que representam a alça minima rigorosa para o canhão brasileiro.

Subtrahindo os $55 m.$, distancia a que o canhão está da crista, teremos : $692 - 55 = 637 m.$ para espaço morto rigoroso.

(*) Vide A Defesa Nacional, n. 21, pag. 277.

Segundo Percin, para o canhão francez o espaço morto, em situação igual a esta, é *inferior* a 200 m., ou 600 m., e nós acabamos de provar que, para o nosso, o espaço morto é *superior* a 600 m.

Isto, em linguagem vulgar, quer dizer que as formulas Percin não se adaptam ao nosso material, como a tabella do capitão T... não se adapta nem ao nosso material, nem ao espírito do trabalho de Percin.

E' verdade que não é só neste ponto que o capitão T... está em desacordo com Percin, porque este recomenda que se recorra á *tabella de tiro* para a determinação rigorosa do espaço morto e o capitão T... diz em seu artigo que quem o calcula pela *tabella de tiro* commette um erro que elle demonstra multiplicando 13 por 50 e depois 12 por 50 e mostrando que este ultimo producto é menor do que aquele, o que o leva a concluir que: «Ha ainda muito artilheiro que não conhece o movimento relativo e Gallileu foi obrigado, no tribunal da Inquisição, a abjurar as suas crenças.»

Desta vez as palavras de Percin foram para o capitão T... um dogma com signal contrario, de modo que: dogma — dogma = 0.

Eis a expressão redonda e injusta a que o capitão T... reduz o grande general francez, enquanto que os proprios allemaes fazem-lhe justiça, dizendo: (pedimos licença para transcrever) «Se a artilharia franceza faz soffrer de tal forma o exercito alemão, na presente guerra, é ao general Percin a quem a França o deve.»

A esta mesma expressão de nullidade para Percin, na opinião do articulista, podemos chegar desta outra maneira:

Quando discutimos as formulas Percin, no artigo anterior, para mostrar que elles não se adaptam ao nosso canhão, fizemos referencia á altura da linha de fogo do canhão francez, que é de 1 m. segundo está consignado nos calculos que o mesmo Percin faz para deduzir as suas formulas.

Ora, seja qual for a altura da linha de fogo do T. R. francez, nós só a poderíamos considerar de um metro, porque o nosso fim era demonstrar, não que o canhão francez não presta, e sim que aquellas formulas organisadas com essa altura de linha de fogo não prestam para o nosso material.

Pois bem, essa altura de linha de fogo, que *dada* logicamente valer dois dogmas, é agora contestada para, em companhia do tabellaphilo Dubois, dizer que ella é apenas de noventa centimetros.

Assim, pois: 2 dogmas — 2 dogmas = 0.

Outra vez a mesma expressão redonda e injusta.

Para nós é indiferente que a linha de fogo do T. R. francez tenha para altura zero ou o infinito, pois o nosso ponto de vista é este: *As formulas Percin não se adaptam ao canhão brasileiro.* E isto já deixamos atrás demonstrado, sem tocar na heresia científica de que fala o articulista, e mostrando pela *equação dos dogmas*, que o que ha de facto é uma heresia dogmática. Também não foi necessário recorrer ao processo aconselhado pelo articulista para os São Thomé, nome este cuja referência lembra muitas vezes um gesto musaceo mais brasileiro do que paradisiaco, mas que acreditamos o illustre articulista incapaz de o praticar assim em publico.

Pelos calculos que fizemos atraç, *pela tabella de tiro*, como manda entre todos o general Percin, determinamos o espaço morto rigoroso para o nosso canhão nas condições citadas. Obtivemos:

Espaço morto 637 m.
Alça mínima 692

ou praticamente:

Espaço morto 650 m.
Alça mínima 700 m.

Vejamos agora o que aconteceria ao artilheiro que, fiado na formula Percin, quizesse nas mesmas condições trazer seu fogo até 600 m. da crista. Estando elle convencido de que o espaço morto é *inferior* a 600 m. e de estar neste numero incluída uma *boa margem de segurança*, commandaria para o canhão a alça de 650 m. Ora, esta alça é muito inferior á alça mínima rigorosa (692 m.) que atraç achamos, e portanto *todos os projectis* atirados em taes condições arrebentariam na crista ou fariam ricochete sobre ella.

Talvez com isto fosse descoberto um novo processo de tiro contra balões, fazendo carambola por tabella, mas de remota utilidade para nós, pelo que não nos dedicaremos a esse estudo *experimental*.

Poderíamos demonstrar esse erro, por *deficiencia*, das formulas Percin para outras posições do nosso T. R.; não o fazemos para não injustiçar o leitor.

Vejamos agora um erro por *demasia*, seguindo o mesmo metodo aconselhado por Percin e por todo o mundo «pour déterminer rigoureusement l'espace mort», o que aliás é um segredo que fica aqui entre nós e publico.

O nosso T. R. estabelecido com o desenfiamento dos clarões em uma rampa de 10 %, estará a 40 m. da crista e terá para espaço morto rigoroso o seguinte:

Sitio da massa cobridora	$\frac{3,08}{40}$	= 77 milesimos
Angulo de tiro até 100 m	$\frac{—}{76}$	$\frac{1}{76}$
Somma	$\frac{—}{76}$	$\frac{1}{76}$

Entrando com este angulo na tabela de tiro, teremos:

Para 73 milesimos	2400 m.
» 3 » (3 × 22)	66 »
» 76 »	2466 »

que é a alça mínima rigorosa.

Então teremos: 2466 — 40 = 2426 m. para espaço morto rigoroso.

Ora, a formula $400 n$ nos daria $400 \times 10 = 4000$ m donde um pequenino excesso de perto de 1600 m que só por si já é uma distancia de combate para a artilharia.

Assim pois, o T.R. brazileiro — alemão afrancezado pela formula Percin, deixaria de desenfiar-se dos clarões para bater um objectivo a 3500 m, por exemplo, supondo que o inimigo estivesse dentro do espaço morto, quando na realidade podia batel-o até 2500 m.

Estamos aqui destas linhas a ver na cara do leitor já meio enfadado, uma expressão de maliciosa complacencia, sulcando-lhe as commissuras uma leve contracção, prestes a afflorar aos labios em epigráfico sorriso ou a constringil-os para desabrochar num muchôcho, assim como quem diz: Pobre diabo deste Navier de São Thomé... gastar tanta tinta e, quem sabe, quanto phosphoro, para demonstrar uma coisa tão clara bebo agua!

Pois não se assuste o leitor, porque o illustre articulista do Boletim do E. M. fez peior. Nós accusamos de errados os espaços mortos da sua tabella, porque proveem de formulas que não se adaptam ao nosso canhão, e não as distâncias da crista à bateria, que estão certinhas da Silva e que nada tem a ver com as formulas Percin. Pois bem, elle gastou um

rôr de tinta, botou a sua tabella todinha; fez a hypothesis de que ella estivesse errada nas distancias da crista; jamegou a tabella do Dubois, suppos que esta tambem estivesse errada; empurrou toda a tabella de Biraud e concluiu: «As distancias encontradas nas tres tabellas, calculadas por formas diferentes são iguaes.»

«Já é muita coincidencia!»

Realmente é muita coincidencia que em uma inclinação de 1 %, por exemplo, a altura de 1 m esteja sempre a 100 m de distancia; a altura de 2 m sempre a 200 m; a altura de 4 m sempre a 400!

Está aqui um caso em que o Carnauba, que de outra feita foi com tanto espirito citado pelo articulista, podia figurar tambem como autoridade ao lado de Dubois e Biraud, sem fazer figura triste, pois, mesmo sem mudar de mão, elle descobriria a galope toda essa notavel coincidencia.

**

Voltemos agora ás formulas que apresentamos no numero passado para os desenfiamentos do homem a pé, do cavalleiro e dos clarões :

Espaço morto para angulos de desenfiamento até 50 milesimos	25 n
	30 n
	35 n
Espaço morto para angulos de desenfiamento entre 60 e 100 milesimos	20 n
	25 n
	30 n

Façamos algumas applicações.

Um commandante de bateria recebe a missão de bater um objectivo distante 2000 m do morro X onde deve tomar posição. Mede o angulo de desenfiamento e encontra 80 milesimos. Recorre mentalmente ao segundo grupo de formulas para analysar a situação e ver qual o maior desenfiamento que pode tomar sem prejuizo para a missão. A formula 30 n responde-lhe imediatamente que não pode tomar o desenfiamento dos clarões porque $30 \times 80 = 2400$ m. A formula 25 n diz que tambem não pode tomar o desenfiamento do cavalleiro porque $25 \times 80 = 2000$, podendo o inimigo com um pequeno movimento entrar no espaço morto e a bateria ver-se obrigada a mudar de posição. A 20 n responde que o maior desenfiamento que pode ser adoptado é o do homem a pé, porque $20 \times 80 = 1600$ m ficando ao menos uma margem de 400 m em que o inimigo ainda pode ser batido em caso de avanço.

Supponhamos agora que a distancia do objectivo é 1800 m e o angulo de desenfiamento de 50 milesimos. Um appello mental para o primeiro grupo de formulas mostrará que o desenfiamento dos clarões é incompatible com a missão, pois dará um espaço morto de $35 \times 50 = 1750$ que alem de poder trazer embaraços para a determinação do garfo, não deixará margem para bater um objectivo movel, principalmente se for cavallaria ou infantaria. O desenfiamento do cavalleiro ainda poderia ser prejudicial no caso de objectivo movel, porque o espaço morto $30 \times 50 = 1500$ m não deixa senão 300 m de zona bativel. Assim o maior desenfiamento que pode ser adoptado é o do homem a pé, que dá para espaço morto $25 \times 50 = 1250$ m.

Supponhamos o objectivo a uma distancia approximada de 3000 m e o angulo de desenfiamento de 60 milesimos.

O commandante da bateria a collocaria imediatamente com o desenfiamento dos clarões, porque o espaço morto seria apenas de $30 \times 60 = 1800$.

Se a distancia fosse de 2000 ou 2100 m, por exemplo, não convinha esse desenfiamento e sim o do cavalleiro, que daria para espaço morto $25 \times 60 = 1500$ m.

Até aqui considerámos a bateria tomando posição sobre o declive da propria massa cobridora, onde, prin-

cipalmente nas fortes inclinações, uma bateria poderá muitas vezes ser obrigada a descobrir-se para poder desempenhar a sua missão.

As fracas inclinações são mais favoraveis a um bom desenfiamento, mas entre nós, que dispomos de um solo fortemente accidentado, elles constituem exceção, sendo regra geral as fortes declividades.

Para um chque de forças mais ou menos equilibradas, uma zona bativel de 500 a 1000 m pode ser considerada suficiente.

O mesmo não se dá quando o inimigo avança rapidamente, como no caso de uma perseguição ás tropas amigas que batem em retirada.

Uma bateria a que caiba a missão de proteger uma retirada não poderá contentar-se com uma zona bativel pequena. Se ella abre fogo, por exemplo, estando o inimigo a 4000 m, deverá ter-se collocado em posição de onde possa batel-o ininterruptamente até o momento em que a bateria deva por sua vez retirar-se.

Em uma declividade fortemente accentuada, a bateria, para o desenfiamento de uma tal missão, terá de contentar-se com um meio desenfiamento ou terá mesmo que se descobrir o que acarretará graves inconvenientes. A solução será então o afastamento para traz da massa cobridora, sobre o terreno plano ou sobre uma contra-rampa.

Mostremos agora um meio expedito para determinar a posição que a bateria deve ocupar, ficando, ao mesmo tempo, com grande desenfiamento e com o espaço morto que se deseje.

Ex.: Precisamos bater o inimigo desde 3500 até pouco mais de 1000 m do morro tal. Sendo o augulo de desenfiamento de 100 milesimos, a posição de menor desenfiamento daria mais de 2000 m para espaço morto e nós precisamos que esse espaço não attinja a 1500 ou 1400 m.

A formula 40 n resolve promptamente o problema da seguinte maneira:

Se o espaço morto que desejamos deve ser inferior a 1400 m o valor de n na formula 40 n, não pode exceder de 30 milesimos, valor que nos dará 1200 m de espaço morto. Então o nosso angulo de desenfiamento tem que ser de 30 milesimos.

O angulo de sitio medio da zona a bater, em relação á crista, é 195, isto é, -5; o angulo de sitio da posição em que deve ficar a bateria (tambem em relação á crista) será $-30 - (-5) = -25$ ou 175 no sitometro da luneta. Registrando este numero no sitometro da luneta (visada mais ou menos a ré) manda-se um homem afastar-se na direcção conveniente, até que a linha de visada passe pela altura do seu kepi. No ponto em que o homem se achar nessa occasião será collocada a bateria.

Na pratica leva-se menos tempo em executar esta operação do que nós gastamos aqui para enunciar-a.

O espaço morto rigoroso será menor ainda que 1200 m, o que é absolutamente necessario, prevendo não só as irregularidades da crista, como a variação provavel do angulo de sitio do objectivo durante a approximação.

Vamos retomar o caso acima e confrontar o resultado com o que nos fornecerá a tabella de tiro. Para isto podemos fazer diversas hypotheses sobre a distancia, que varia em função da altura da massa cobridora em relação ao terreno em que se procuram collocar as peças.

Supponhamos que no caso acima, o ponto determinado esteja a 400 m da crista.

Como o angulo de sitio com que se visou foi de 25 milesimos, isto é, de 2,5 %, a altura de desenfiamento será de $4 \times 2,5 = 10$ m. A linha de fogo

ficará então $9^m 08$ abaixo e o sitio da massa cobridora será $\frac{9,08}{400} = 22,7$

O angulo de tiro correspondente á distancia da crista é de 6 milesimos ; então teremos $22,7 + 6 = 28,7$ para angulo de tiro minimo, o que nos dá a alça minima de 1222^m e o espaço morto rigoroso de $1222 - 400 = 822^m$.

Temos pois uma margem de segurança sufficiente.

Podíamos repetir innumeros exemplos para provar a excellencia practica desta pequena formula $40n$, mas deixamos esse trabalho ao leitor que se interessar pelo assumpto.

Ella tem a vantagem de, em qualquer caso, libertar o capitão do declive do terreno, facultando-lhe obter artificialmente a inclinação que lhe convier, por meio do afastamento ou subida em uma contra-rampa.

Digamos de passagem para não fatigar mais o leitor, que ella tambem resolve o problema das mascaras, com a mesma simplicidade e segurança com que resolueu o problema anterior.

Se uma mascara é vista de um ponto com sitio de 40 milesimos, desse ponto, com absoluta segurança para a mascara, pode ser batido um objectivo de sitio nullo e que diste $40n$, isto é, $40 \times 40 = 1600^m$ da mascara.

Inversamente, se um objectivo dista x metros de uma mascara, o nosso canhão poderá batel-o de um ponto situado atraç dessa mascara, de onde esta

seja vista com um angulo de sitio de $n = \frac{x}{40}$

No caso em que o sitio do objectivo seja diferente de zero em relação á posição da bateria, basta subtrahir algebraicamente do sitio da mascara o sitio do objectivo para obter o valor de n .

Para outra vez conversaremos menos apressadamente e talvez com mais proveito.

Brazilio Taborda.

Dois assumptos

Approximam-se as nossas manobras e como está sendo elaborado um Regulamento de Campanha, de que tanto carecemos, é de crer que venham ellas a estudar certos problemas até hoje descurados, mas que hão de surgir segundo os itens da nova directiva que tal regulamento virá traçar.

Preliminarmente, sabem todos o que até hoje se ha chamado *manobras* entre nós e pelo menos um terço do Exercito ja pode muito bem distinguir o que de facto se faz, d'aquelle que devia ser feito.

Acampar ao acaso, tratar questões de tactica à la diable, menospresar a importancia de serviços tales como o de intendencia, esquecer os liames da fortificação com o tiro e do tiro com as verosimilhanças tacticas, tudo isso serve apenas para lançar maior descrença no seio da tropa e

desperdiçar inutilmente muitos milhares de cartuchos, que custam o dinheiro escasso do Thesouro.

O Exercito entre nós está numa phase de transição, mas já se pode exigir um pouco mais. D'ahi, a intima pergunta: Sob o ponto de vista profissional, meia duzia de *manobras* já realisadas, de alguns annos a esta parte, têm qualquer valor?

A resposta ahi está, latente. Basta conhacer o exercito em camisa, isto é, na intimidade...

Só d'aqui a alguns annos será possível utilizar a tropa reunida para estudar as questões que exigem o laboratorio vasto que é o campo, com todas as difficultades decorrentes da situação em que de facto se encontraria na guerra ; agora, ainda é cedo.

Para nos fazermos comprehender dentro do proprio Exercito — seio de Abrahão onde placidamente se acotovelam matematicos e poetas, mas não tumultuam soldados — eis um bom exemplo. Certo rapazola vadio, que não conhecia siquer a mathematica elementar, foi matriculado na aula de mecanica. Durante o anno empregou o chamado «methodo spontaneo», isto é, graças ao recurso das soluções vindas de fóra, obteve sempre bons gráos.

Para o exame escripto, valeu-se ainda do mesmo expediente e foi bem sucedido. Na prova oral apresentou-se muito «nervoso» e devido a esse estado não deu duas respostas certas, mas foi approvado pela média obtida durante o anno.

Mais tarde, o rapazola vadio ja é um homem e ja entrou na vida practica. «Officialmente» sabe tudo, mas na realidade nada sabe.

Quando o chamam para as bandas onde o X impera, fala por apelos, torna-se enigmatico.

Pois, assim somos todos nós...

Cá na tarimba temos a nossa mathematica elementar, nos regulamentos tacticos de cada arma, estudos e praticados como um pão nosso de cada dia. Depois, tudo vae se complicando e lá em cima, na cupula, estão as chamadas grandes manobras, que são em toda parte proporcionaes aos effectivos e estudam problemas serios, alem de facilitarem o treinamento dos cheffes. Ahi estamos na mecanica, talvez...

Ao acaso, trez exemplos admiraveis:

As grandes manobras suissas de 1911 serviram para estudar os fundamentos de

uma nova ordem de batalha, logo depois adoptada, com a suppressão do corpo de exercito e emprego da divisão como a maior unidade, criação e emprego das brigadas de montanha, grandes unidades de cavallaria independente, etc.

Nas manobras inglezas de 1913 pela primeira vez um conjunto de quatro divisões de infantaria e uma divisão de cavallaria, organisadas em exercitos e coligadas sob a autoridade de um commando em chefe, teve occasião de estacionar, de marchar, de se desdobrar e entrar em acção (contra inimigo figurado).

Taes manobras deviam permitir ao Estado Maior estudar numerosos problemas decorrentes do emprego das grandes unidades, escalonadas em profundidade e não dispondo de mais de uma estrada para se mover e aprovisionar."

A Republica Argentina realizou, ha pouco tempo, um ensaio de cobertura de seu territorio contra uma invasão brazileira. A deficiencia dos «serviços» foi tal que o anti militarismo aproveitou o ensejo de explodir mais uma vez no paiz vizinho.

Taes falhas, postas a nu, vão actualmente sendo corrigidas, o que sem duvida vale bem todos os sacrificios feitos.

Assim entram os outros nos problemas serios.

Semelhantes estudos exigem, antes de tudo, que os relatorios, embora secretos, sejam peças verdadeiras; mas entre nós, por praxe secular, calam-se os relatorios sempre que se trata de estudar a acção dos chefes.

São peças monotonas, sem cunho profissional, absolutamente incolores, com a preocupação do elogio mutuo — e sob tal ponto de vista ha entre nós unidade de doutrina, porque não ha quem discrepe, de norte a sul.

Registrada a inutilidade desses trabalhos ingenuos, que são as manobras, ficam de pé, de tudo quanto no Brazil se tem feito pela cultura dos chefes, os pequenos exercícios tacticos, realizados no Rio Grande do Sul pelo coronel Tasso Fragoso. O mestre realizou no terreno um admiravel jogo da guerra.

No entanto, sempre que se tratou de enfrentar tropas commandadas por outros chefes superiores, o trabalho ia redundando incolor pelo desaparecimento do *estudo*, em situações mais ou menos indefinidas.

Ainda assim, ha em todos os exercícios do 8º Regimento de Cavallaria, no dominio tactico, um cunho inconfundivel, podendo-se sempre dividil-os em duas partes, cabendo á primeira conceber e á segunda executar a manobra concebida.

Fóra disso, nada mais até hoje se fez.

E as manobras deste anno virão mais uma vez confirmar tantas cousas tristes?

* *

Os toques de corneta têm tantas e tantas applicações entre nós que bem valia a pena cuidal-os mais carinhosamente do que em geral o fazemos.

Nuni exercito onde não se dorme, não se come, não se forma, não se sae de forma, onde não se faz nada sem fazer primeiro um toque, os corneteiros são recrutados entre os soldados analphabetos, sem o menor conhecimento de musica e, para cumulo dos cumulos — os officiaes não conhecem os toques que elles mesmos mandam fazer!

Houve um dia um corneteiro que aprendeu a successão dos signaes necessarios a certas formaturas e nessa ordem foi ensinando a outros a serie de toques. Pois bem: ainda que hoje tenham certas formalidades desapparecido ou sido mudadas, não raro ha quem commande apenas por signaes de cabeça, que levam os corneteiros a repetir os taes toques obsoletos!

De vez em quando aparecem os signaes de *perfilar-armas*, *abrir-fileiros*, *suspender-armas*, etc., como se taes movimentos ainda existissem no regulamento de infantaria.

Alguns outros movimentos, alterados em suas designações, mas identicos no fundo, continuam a ser tocados erradamente. Haja em vista o signal de *pela direita*, que a ignorancia dos corneteiros substitui por *direita*, simplesmente. Ha confusão, em geral, quando se trata de formar uma columna para o flanco direito ou com a mesma frente, porem, pela direita. (Vide a *Ordenança*, ns. 160 e 160 A). O mesmo se pode dizer em relação á *esquerda* e *pela esquerda*, *centro* e *pelo centro*, *flancos* e *pelos flancos*.

Os signaes de *centro* (sol, sol) e *formar* (mi, mi) andam em regra substituidos á matroca!

Ainda este ultimo signal, destinado apenas á execução de evoluções, como se vê não só do *Reg. de Exrc. para Infanteria* como da propria *Ordenança*, entra

por ahí em cena quando se quer pôr em fórmula qualquer unidade!

O agudo signal de execução, que é apenas para manejos d'arma (*Ordenança*, pag. 35) deram para fazel-o depois do *ordinario-marche* (!), depois do *rancho*, depois do *direita-volver*, depois de tudo...

São raros os corpos que se contentam, para romper a marcha, com a combinação correctissima e suficiente dos numeros 146 e 168 da *Ordenança*.

No que diz respeito ao valor das notas etc., maior é o chás.

Quem disso se quizer certificar que mande fazer e compare os signaes de *bandoleira-armas* e *unir* (ns. 235 e 207, *Ordenança*).

Precisamos, pois, seguir um outro caminho. Os corneteiros devem ser musicos, com as correspondentes vantagens, afim de poderem ser responsabilizados pelas alterações que fizerem, os chamados *floreios*, nos signaes escriptos na ordenança.

Os officiaes devem conhecer um certo numero de toques e a maneira de combiná-los, posto que isso não seja privilegio de pretos analphabetos. Assim, cabe-lhes conhecer os signaes de *direita*, *centro*, *esquerda*, *flanco*, *columna*, *linha*, *companhia*, *pelotão*, *secção*, *esquadra*, *infantaria*, *cavalaria*, *artilharia*, *engenharia* e *metralhadoras*.

De um modo geral, toda tropa deve conhecer os signaes de manejos d'arma, *reunir*, *alarme*, *cessar fogo* e poucos outros.

Isso tudo relativamente á infantaria, mas, para as outras armas não será grande a diferença para mais ou para menos. Muitos signaes mudam apenas de designação, conforme a arma.

Vamos ter em breve uma ordenança racional, a do capitão Souza Castro, ja adoptada; mas isso por si não basta. Não estudada, não apprehendida em seus fundamentos, será ella igual a qualquer outra.

E' preciso deitar por terra a *tyrannia* dos corneteiros, que fazem sempre os toques errados, convencidos como estão que ninguem lhes penetra os archanos e que, por mais errados que andem, sustentam estar certo o que de facto foi um erro.

Antes de encerradas estas linhas, convém tratar da *marcha-batida*. Só quem não é de infantaria ou não tem formado pode ignorar o embaraço que causa á tropa que marcha na cadencia ordinaria esse toque, feito como que para de todos ser ouvido,

no centro do batalhão, quando passa a bandeira.

Provavelmente, a primeira *marcha batida* que se tocou foi o antepassado remoto do actual *one-step*!...

F. Paula Cidade.
2º Tenente

O Reg. de Infantaria de 16 de Dezembro de 1914

(Vide us. 18, 19 e 20)

100 e 101. «Como o pelotão é uma unidade de efectivo variável (*duas ou mais esquadras constituem um pelotão — 95*) penso que só teríamos vantagens estabelecendo, positivamente, que o espaço — intervallo ou distância — entre dois pelotões consecutivos, nas formações correspondentes aos numeros acima, variasse com os efectivos dos mesmos, mórmemente tendo-se em vista as passagens da *linha à linha de columnas* e vice-versa, e da *columna de pelotões à linha*.

Poderíamos estabelecer que, **normalmente**, o intervallo entre dois pelotões, na formação do n. 100, fosse tal que a passagem da *linha de columnas à linha* se desse sem o — os pelotões ganham os intervallos necessários sobre o pelotão que se acha no flanco oposto, do n. 150; e que da *linha à linha de columnas* se podesse suprimir o — os pelotões serram os intervallos sobre o da direita (esquerda), do n. 145.

Temos visto muita gente conservar entre os pelotões de duas esquadras na formação do n. 100, intervalos de 8 passos, de maneira que, na passagem desta formação á *linha*, em vez de augmento de intervallos, temos reducção.

Se na formação do n. 101, a distância entre dois pelotões consecutivos fosse tambem, **normalmente**, igual á frente de um pelotão, a passagem da *columna à linha*, com a mesma frente ou não, dar-se-ia suavemente.

Desde, porém, que o terreno, ou a situação, não permitisse o intervallo, ou a distância **normal**, seria a mesma reduzida e até suprimida.

Analysemos as proposições que ahí ficam. Por ser o pelotão uma fração de efectivo variável, pensa o illustre camarada que só teríamos vantagens estabelecendo, positivamente, que os intervallos e as distâncias entre dois pelotões consecutivos, na *linha de columnas ou na columna de pelotões*, variassem com os efectivos dos mesmos; isto tendo em vista a passagem dessas formações á *linha* e vice-versa. Propõe então que o intervallo, na *linha de columnas*, e a distância na *columna de pelotões* sejam tais que permittam a passagem á *linha* sem que os pelotões tenham que ganhar terreno para os lados. Ora, essa vantagem resulta do ponto de vista em que nos colocarmos.

Procuremol-a em primeiro logar na *linha de columnas* que, como sabemos, é a mais importante formação da infantaria em ordem unida, por isso que offerece um dispositivo essencialmente apto para a passagem immediata ao combate.

O Reg. estabeleceu em seu n. 100, que o intervallo entre os pelotões é de 8 passos, podendo ser, porém, aumentado ou diminuído, mediante ordem, e até suprimido. Esse intervallo só permite a passagem à *linha*, sem deslocamentos dos pelotões, quando estes forem constituídos de três esquadras.

Se nós nos collocarmos no ponto de vista das evoluções sem fim tático imediato, e tomarmos como objectivo da ordem unida a execução de movimentos formalísticos, não ha dúvida alguma de que só teríamos vantagens dando aos intervallos entre os pelotões uma extensão correspondente á sua frente; então a passagem á *linha* se faria suavemente.

Mas o Reg. está colocado em ponto de vista diferente: para elle as formações correspondem á dupla necessidade, imposta pela experiência da guerra, da cohesão e mobilidade da tropa, e as evoluções estão subordinadas a fins táticos. Além disso, as disposições regulamentares preveem efectivos de guerra, para os quais foram escriptas, mas com a necessária elasticidade afim de comportarem os efectivos de paz.

Ora, a *linha de columnas* oferece o maximo de mobilidade associado a uma grande cohesão; mobilidade, porque desta formação se pôde passar com rapidez ao combate, estendendo um ou mais pelotões de atiradores, logo atraç da frente a ocupar, deixando ao mesmo tempo o apoio; e ainda porque permite, por qualquer lado, a passagem rápida ás outras formações da ordem unida. Cohesão, porque reune num pequeno espaço toda a companhia, collocada desse modo na mão do capitão.

Se dermos como intervallo *normal*, entre os pelotões, uma extensão correspondente á sua frente em linha, e tomarmos a companhia em efectivo de guerra, as exigências táticas transformarão esse *normal* em *excepcional*. Sinão, vejamos. Na companhia de 24 esquadras, cada pelotão em linha cobre uma frente approximada de 20 metros; portanto, a *linha de columnas* terá uma frente mais ou menos de 50 metros, se os intervallos forem de 20. Sacrifica-se assim a cohesão da tropa, dificultando a acção do capitão sobre os seus homens; além disso, exigindo um espaço muito maior, o que se reflecte, multiplicado, nas formações do batalhão e do regimento, em que as companhias estiverem em linha de columnas, esta formação perderá as suas qualidades de *formação de concentração*, e só em especiais condições de terreno e em situação tática especial poderá ser empregada.

Ora, se se reduzir, ou suprimir mesmo, esse espaço *normal*, sempre que a situação ou o terreno não permittam sua conservação, ha de concordar o camarada que voltamos ao disposto no Reg. mas tornando a regra em exceção, acarretando maiores dificuldades, porque o intervallo fica dependendo do efectivo, em cada formação. Isto obriga a dar conhecimento aos commandantes de pelotão, e mesmo de esquadras, do intervallo que devem guardar em cada formatura; na impossibilidade de reter de memoria tão variadas extensões, nas evoluções de que resulte a *linha de columnas* será preciso medir o intervallo, para que se possa passar á *linha* suavemente! Ao passo que a distância fixa de 8 passos facilmente se retém e se applica.

Quando as exigências táticas (fogo da artilharia, desdobramento da companhia, etc.) exigem

rem maior intervallo, será facil, na propria marcha para a separação dos pelotões, contar em passos a diferença entre 8 e o determinado pelo capitão. Além disso, a formação em linha em ordem unida, encontra raras applicações no campo de batalha (fogo contra a cavallaria, aproveitamento de coberturas, quando em reserva, etc.).

Vê-se assim que, se nos subordinarmos ao espírito do Reg. não haverá vantagens no proposto pelo illustre camarada.

Se tomarmos agora a *columna de pelotões*, que é a formação em que se tem o maximo de cohesão, destinada por isso á *reunião* e, raramente, á marcha no campo de batalha, vemos que tem inteira applicação a ella o que acabamos de dizer para a *linha de columnas*.

104. «Na ultima linha deste numero em vez da palavra *distancias*, tem *intervallos*.»

Tem razão o camarada. Passou na revisão essa impropriedade de termo, que todavia não prejudica o sentido da prescrição, pois se trata de uma *columna de marcha*, onde não ha intervallos.

106 e 111 (c). *Formação de costado*. «Pelo n. 106 a posição do commandante de pelotão é na frente, correspondendo á primeira fileira e pelo n. 111 (c), é no flanco.»

O primeiro desses numeros diz que na *formação de costado*, as posições são as mesmas que a da *linha*; o item (c) do 111 prescreve que o alinhamento e o contacto na *marcha de costado*, se fazem pelo flanco em que está o commandante do pelotão. Vê-se assim, que ao tomar a *formação de costado*, por *direita* (esquerda) — *volver*, todos guardam as mesmas posições que tinham na *linha*, ao passo que na *marcha*, fica entendido, o commandante do pelotão irá para os flancos. O Reg. devia, realmente, ter sido mais claro, deixando explícito no n. 106 que, á voz de *marcha*, o oficial passaria para o flanco esquerdo. Não se trata de uma obscuridão que possa comprometer as evoluções, porque a *marcha de costado* só em casos excepcionais se emprega, e quando feita nas nossas *picadas* obrigará fatalmente o commandante de pelotão a marchar na frente de sua unidade. Mas, por isso, não deixa de ter razão o camarada.

126. *Ensarilhar-arma!*... logo que collocam as armas, volvem á frente, dando os homens da primeira fileira um passo em frente e os da segunda um passo á retaguarda.

Seria muito mais pratico que os homens — dessem um passo ao lado exterior e em seguida volvessem á frente, pois, neste modo, evitariam a provável queda dos sarilhos, pelo movimento de *direita* (esquerda) *volver*.

O movimento proposto resulta, por fim, no mesmo prescripto no Reg., pois a primeira fileira ficará um passo á frente, a segunda um á retaguarda do sarilho. O receio de, na execução da volta (para a esquerda nas filas pares, para a direita nas ímpares), derrubar o sarilho, é infundado, porque o movimento é feito para o exterior, ao passo que o coice da arma é colocado junto ao calcanhar do pé interior. Por experiência própria podemos afirmar-o, só uma tropa mal instruída não executará este movimento.

129. *Desequipar!* «Pelo que estabelece este

numero, a primeira fileira fica entre a linha das mochilas e a dos sarilhos, de maneira que as mochilas da segunda fileira são collocadas proximo ás armas, e as da primeira, muito afastadas.

Não seria conveniente que todas as mochilas ficassem juntas ao sarilho, fazendo a primeira fileira *meia-volta*, no caso da voz de *desequipar* não se seguir logo a de *ensarilhar*, ou então, volvendo ao lado interior, depois de ter dado um passo ao lado exterior, no caso do *desequipar* ser logo após ao *ensarilhar*?

Não vemos onde residia a *conveniencia* de ficarem todas as mochilas encostadas ao sarilho. A maneira prescrita no Reg. é a mais natural possível; depois de ensarilhar as armas e voltar aos seus logares, como determina o n. 126, se houver necessidade de aliviar os homens de seus equipamentos, o mais simples, o mais natural, é que elles colloquem a mochila na sua frente. E' o que manda o n. 129. Isso traz a vantagem de facilitar a entrada em forma, logo atraç do equipamento, que será com facilidade recollocado aos homens.

Estará a inconveniencia desse dispositivo na simetria do sarilho em relação ás duas fileiras de mochilas? . . .

130 e 131. «Attendendo-se que á voz — *fóra de forma!* as fileiras acham-se afastadas de um passo da linha dos sarilhos, penso que á voz — *em forma!* ellas deviam tomar aquella posição, e, então, á voz de — *desensarilhar!* as filas pares volviam á direita e as impares á esquerda, davam um passo ao lado interior, e, á voz de execução, como determina o regulamento.»

Esse passo tem que ser dado, embora o não diga explicitamente o Regulamento. Tratando-se de um movimento, ao qual não se pôde exigir precisão e simultaneidade, porque a consideração primordial é desmanchar o sarilho — sem puxar violentamente a arma — não precisava o art. 131 declarar que os homens dessem um passo para o lado interior, afim de alcançar as armas.

E. L. C.

Em defesa do R. T. A. 1914

O «Boletim Mensal do Estado Maior», n. de Agosto, publica uma conferencia realizada pelo 1º tenente Caiuby no 1º R. A.

Deixando inteiramente de lado as arremetidas do conferencista, *nossa admirador*, contra esta revista e tambem as dirigidas abertamente contra as nossas pessoas com respeitoso acatamento, vamos apenas cumprir aqui o grato dever de acudir em defesa da doutrina do nosso Estado Maior em matéria de tiro de artilharia de campanha.

Sim, porque alem de estar consignado na capa do regulamento, que elle emanou do Estado Maior do Exercito, o texto do decreto que o approvou (n. 10990 de 15-7-14) ostenta estas palavras: «organizado pelo Grande Estado Maior».

Ora, no proprio Boletim em que o conferencista conseguiu fazer inserir seus ataques a esse regulamento oficial tambem se lê nas «Instruções», que constam da face interna da capa, que

o Boletim Mensal do Estado Maior do Exercito destina-se, alem de outras causas, a *consolidar entre o corpo de officiaes o espírito das doutrinas militares adoptadas pelo Estado Maior*, (art. 1º).

Não se sabe que mais admirar: se a *habilidade* de procurar guarida em um orgão oficial, mettendo-se em um angulo morto para escapar ao alcance do aviso ministerial n. 778 de 17-5-15, referente a publicações pela imprensa assignadas por officiaes, e ás recentes recomendações no mesmo sentido, feitas pelo commando da 3ª Divisão; se a *coragem* de fazer uma analyse sem o indispensável apparelhamento.

A apreciação da fidelidade do texto do R. T. A. brasileiro ao do allemão, nos muitos pontos em que elle dahi procedeu por traducçao, só teria valor se feita por alguém que tambem conhecesse a lingua allemã. E' evidente.

Fazel-a atravez de outra traducção estrangeira é mera questão de preferencia arbitrária. Em presença de traducções do regulamento allemão uma brasileira e outra franceza, se houver divergência, só tem capacidade para julgar, quem souber investigar no original.

Demais, no caso vertente, não existe até hoje uma traducção qualquer do R. T. A. allemão de 11 de Janeiro de 1914 no qual foi moldado o R. T. A. brasileiro de 15 de Julho do mesmo anno.

E o criticante valeu-se de traducções francezas já *demodées up to date*, sem as *Deckblätter*.

* *

I. R. T. A. 1914, preliminar, a):

«O fim principal da artilharia é atirar bem, a tempo, da posição apropriada, contra o objectivo conveniente.»

O critico esqueceu totalmente que o R. em questão é de tiro, e cita em oposição os regulamentos taticos da arma, allemão e francez. No proprio R. T. allemão está aquella mesma disposição, no nº 1 tanto do R. de 11-1-14, como no de 15-5-07 o qual nesta parte, como em outras, ficou vigorando ao lado do substitutivo parcial publicado em Março de 1911. E' uma circunstancia que forçosamente escapou ao critico.

Finalmente ainda, o mesmíssimo dispositivo figura no n. 1 do Compl. do R. T. capitão Castro e Silva.

II R. T. A. 1914, preliminar, c):

«Para se obter o rendimento maximo de uma bateria é imprescindivel que o funcionamento combinado de todos os seus orgãos — officiaes, inferiores e artilheiros — se realize com unidade e sem dificuldades. Só deste modo a bateria poderá ser manejada pelo capitão como uma arma unica.»

E' o mesmo que figura no n. 3 dos R. allemaes de 1907 e 1914 e do Compl. Castro e Silva de 1911!

Acha o critico que isso está incompleto: animaes de tracção e montaria tambem são orgãos da bateria. E conductores não?

Será preciso muito esforço para entender que num R. de tiro quando se fala em rendimento dumha bateria se entende o de tiro? Em que influem os animaes de tracção e de montaria — e os conductores — no rendimento de tiro?

III R. T. A. 1914, pag. 7, n. 1.

Diz este n. que a preparação do tiro «comprehende a observação da zona atribuida, o reconhecimento do objectivo e a escolha do posto de observação e dos processos de pontaria e de tiro».

Primeiramente pretende o critico que se inclua como operação integrante da preparação do tiro, a escolha da posição para a bateria. E' um modo de ver. Os allemaes puzeram no seu R. E., não no R. T., um capitulo: Escolha e ocupação da posição. O nosso Estado Maior houve por bem não incluir no R. T. a questão da escolha da posição para a bateria, uma vez que se pôde considerar a preparação do tiro como começando — para a linha de fogo — depois das peças em posição. E' verdade que tudo está ligado. Não deixaria de ter sua razão quem quizesse considerar a preparação do tiro começando nas baías... com o trato dos animaes que hão de levar a bateria á posição....

Em segundo lugar parece ao critico imprescindivel restringir a preparação do feixe dos planos de tiro á escolha dos processos de pontaria *initial*. Então, a não ser para o primeiro objectivo ou ponto de orientação não ha mais preparação de tiro? Deslocando o feixe para um lado, abrindo-o ou *feixando-o* (sic) não se faz *preparação* de novo tiro?

IV R. T. A. 1914, N. 2:

«O cdte. da bateria precisa permanentemente, para auxiliar-o, de um esclarecedor de objectivo que será, em regra, um sargento servente da luneta. A missão do esclarecedor de objectivo consiste em observar a zona atribuida á bateria e participar ao respectivo cdte. o apparecimento de novos objectivos e as mudanças na disposição das tropas amigas ou inimigas.»

Primeiramente parece ao critico, que este numero deve ser supprimido por não estar de acordo com a nossa organisação. Ora, o Estado Maior tem a faculdade de seguir o alvitre oposto, unico acertado, de futuro levando em conta na organisação a necessidade de dotar as baterias com este auxiliar. Puramente nos exercícios simulados não se pôde reconhecer em toda a plenitude a utilidade desse assistente do cdte. da bateria. Pois mesmo assim os capitães que têm preparado os seus sargentos para o manejo da luneta de bateria não dispensam o emprego desse servente, sabendo muito bem quanto elle os emancipa de certas occupações secundarias, em beneficio dos seus outros affazeres.

Em seguida e a propósito do n. 3, acha o critico que no § 2º do n. 2 falta a atribuição de dar ao capitão indicações sobre distancias. Um pouco de esforço e ver-se-á que isso lá está implicitamente. Com efeito, para fazer participações sobre objectivos (§ 2º n. 2) o esclarecedor não tem outro recurso sinão as coordenadas polares: angulo (millesimos) e distancia. Salvo se por excessiva goniophilia o capitão preferir o sistema bipolar; precisaria então de instalar nos extremos de uma *base*, dois esclarecedores, no que se afastaria muito da nossa organisação...

V. A critica aos n.º 4 e 5 do R. é uma reprodução da que já fez o Sr capitão Castro e Silva pelo n. 14 desta revista. No mesmo lugar, pag. 55 anno II, respondemos.

Nós mantemos esta resposta.

VI R. T. A. 1914, n. 6:

«O capitão tem que decidir o seguinte: ... Qual a especie de projectil e de espoleta a empregar;»

Diz o critico: — deve-se substituir por «e modo de funcionamento da espoleta.» A espoleta no nosso material «é uma função do projectil, etc. —

Si se tratasse de poesia diríamos que aquelle modo abreviado de dizer é uma *licença*; em todo caso é uma abreviatura incontestavelmente prática e que, sem nenhum esforço, ninguem desentende. A espoleta de duplo efeito é forçosamente uma espoleta de percussão ou de tempo conforme o modo de funcionamento para o qual fôr disposta.

Se o R. dissesse como quer o critico, diria elle mesmo mais ou menos o seguinte, salvo a questão da *propriedade da linguagem*: — Ora, o capitão a escolher o modo de funcionamento da espoleta! A espoleta do nosso material é uma função do projectil, assim é que escolhida a granada no obuz, ou a granada ordinaria no canhão, o tiro ha de ser de percussão, nada ha que escoller de modo de funcionamento da espoleta. E' bôa! Foi ainda um defeito de traducção!

VII R. T. A. 1914, n. 6, ultimo periodo:

«No caso de posição coberta o cdte. de bateria deve, si dispuser de tempo antes do rompimento do fogo, determinar a alça minima por meio da luneta; de qualquer modo, receberá sobre isso informações da bateria, cujos chefes de peça têm o dever de determinar seu espaço morto antes do rompimento do fogo.»

Reproduz-se a critica do Sr. capitão Castro e Silva, publicada no já citado n. desta revista. Sustentamos integralmente a nossa resposta aduzida no mesmo lugar.

VIII A propósito de peça-base, expressão tambem usada pelas traduções francesas (*pièce de base*), um assalto humoristico ás locuções militares em que se emprega a palavra *base*.

Peca-base nos pareceu mais simples, mais portuguez e mais estheticó do que peça-directriz. Aquella já está sufficientemente generalizada entre nós, esta era apenas uma expressão morta no vasto cemiterio de lettras que era o R. T., ainda ha pouco. Porque galvanisal-a?

IX R. T. A. 1914, n. 20:

«Em terreno muito frouxo ou pantanoso desaparecem muitas vezes, em parte ou totalmente, as nuvens dos arrebentamentos por percussão, especialmente as das granadas com retardo.»

Não tem cabimento o accrescimo proposto pelo critico: «deixando muitas vezes neste caso a espoleta de funcionar.» Seria uma superfetação de sapiencia. No capitulo trata-se da «observação» e para esta, desde que desapareceu a nuvem de arrebentamento dum projectil que penetrou em terreno frouxo, que importa que a espoleta tenha tido ou não uma explosão subterranea?

X Quer o critico que em lugar de «commandar uma deriva», expressão empregada no R. mesmo quando o plano inicial de visada não seja o do zero, se diga — commandar uma correccão de deriva — E' uma *licença* que se permitiu o R.

E acaso commandar «mais tanto» ou «menos tanto» não é commandar uma deriva? Correcção, afinal tambem é quando se comanda uma deriva inicial ou uma deriva-base. Quando se comanda: «deriva tanto tanto!» faz-se a correccão da excentricidade do ponto de pontaria em relação ao plano de tiro base.

XI Pergunta o critico, de onde tirar officiaes para o serviço de observadores auxiliares (§ 2º art. 24), quando o grupo não tiver senão os 11 officiaes previstos pela organisação e estiverem todas as baterias em acção. Naturalmente desses onze mesmo. O critico queria, decerto, que o Estado Maior dotasse schematicamente cada grupo de tantos officiaes para observadores auxiliares, tantos

para agentes de ligação, tantos para patrulhas, tantos para directores geraes das linhas telephonicas, etc. Uma vez que appareça um desses serviços importantes, imprevisíveis para o bom exito da missão recebida, não ha remedio senão recorrer aos officiaes das baterias fazendo-os substituir ahí por sargentos. O serviço de observador auxiliar pôde ter tal importancia, que o R. prevê até que se recorra a sargentos para desempenhal-o, excepcionalmente.

XII Não têm razão de ser as correcções propostas aos n.^{os} 27 e 32. Está perfeitamente bôa a notação «ab» (arrebentamentos abaixo do objectivo.) A associação das iniciais de «baixo» «objectivo» (bo) é inconveniente. A expressão tiro «á risca» tambem já está aceita.

XIII Pôde-se dizer sem medo de errar que a expressão «grupo de tiros» está em pleno uso. Sem duvida o commando «um grupo» substitue com vantagem o antigo «um tiro», não só porque de facto o que se quer é um tiro de cada peça, portanto, um grupo de tiros, como porque a emissão desse commando exigia uma voz aguda.

Em todo caso ficamos sabendo agora que o francez chama a isto «rafale» e que isto em portuguez é «rajada»... Pôde ser que o Estado Maior queira adoptar «uma rajada!». Quanto á descarga e descarga simultanea tambem seria uma solução; que fosse a melhor, é questão de opinião. O nome desta especie de fogo «um grupo» dispensa até a explicação, e pôde-se obter que o grupo seja uma descarga simultanea pelo simples artificio de esperar o cdte. da bateria que todas as peças tenham comunicado o prompto, para então disparar toda a bateria a um tempo, com o mesmo commando: um grupo!

Sobre este ponto termina o critico, sentencioso: «É ainda uma questão de uniformidade com as outras armas!»

E ha este commando «descarga» nas outras armas? Já é...

XIV R. T. A. 1914, n. 35.

«O fogo em grupos de tiros é empregado no caso em que se pretende rapido efecto, ou para aproveitar certos instantes favoraveis quando a situação do combate muda rapidamente. Nas grandes unidades de artilharia esta especie de fogo permite distinguir facilmente os tiros de cada bateria e apresenta um quadro nitido da zona que elle atinge com os seus fogos.

... Entretanto pôde conduzir a exagerado consumo de munição, pelo que só se deve empregar durante pouco tempo.»

Não é aceitável a proposta do critico no sentido de podar o 2º período de modo que fique: ... listinguir facilmente os tiros de cada bateria e a zona por ella batida.

Nem tampouco a de modificar o final do n. para: ... pelo que só se deve empregar-a quando a situação tactica assim o exigir. — Accrescenta o critico: a razão de ser desta correcção é simples, pois não se deve prejudicar o desempenho de uma missão pela preocupação de economia de munição. — Realmente, preocupação ignobil! Sobretudo em uma artiharia que tem as suas columnas ligeiras de munição apenas no papel. Baterias reduzidas a 32 tiros por peça! O armão e a viatura-munição têm a ser as cartucheiras do canhão. Uma arma de tiro rápido reduzida ao conteúdo das suas cartucheiras, não se preocupando com a economia de munição será fatalmente uma arma de tiro curto!

Além d'isso, não é preciso grande esforço para

comprehender que o R. não obriga a prejudicar a missão com o intuito de poupar munição.

XV R. T. A. 1914, n. 46:

Admitte o R. que no tiro de tempo por cima de forças amigas, passe a haver perigo para elles desde que se tenham approximado a menos de 300 m. do objectivo batido pela artilharia, uma vez que se não possa observar com precisão os arrebentamentos ou a queda dos estilhaços ou balins. Em tal caso, querendo-se continuar o fogo contra o mesmo objectivo, prescreve o R., deve-se passar ao tiro de percussão.

O critico não quer isto: si não houver outro objectivo (apoios, reservas) para alongar a alça e continuar o tiro de tempo, deve cessar o fogo...

O R. não impede ao cdte. da bateria de continuar o seu tiro de tempo com alça maior se houver outro objectivo mais prejudicial á força amiga do que aquelle proprio que até então se batia.

XVI. A correcção proposta aos § 2º e 3º do n. 55 não tem razão de ser, pois o que o critico propõe é justamente o que está no espirito do R. Comprehende-se sem muito esforço que as regras como estão formuladas suppõem que os dois correctores experimentados não têm intermediario.

XVII. N. 63. «A direcção da pontaria deve ser a mais favoravel á observação — no tiro de regulação; à producção de efecto — no tiro de eficacia.»

Nada ha que corrigir. Não convém que se diga «ponto do objectivo mais favoravel» etc. Isto subentende-se para objectivos descobertos. Mas, no tiro contra uma bateria coberta, p. ex., que é dum ponto do objectivo favoravel á observação?

A regulação fazendo-se em relação á crista da cobertura, tambem a observação se reportará a um ponto da crista e não do objectivo.

XVIII. Diz o R. no fim do art. 81, tratando do tiro de efficacia com espoleta de tempo contra objectivos cobertos: «... Supondo-se o objectivo situado muito abaixo da crista cobridora poder-se-á diminuir o angulo de sitio para evitar que todos os tiros lhe passem por cima.» Isso está absolutamente certo. Quer o critico que em tal caso o remedio seja baixar o corrector. Errado.

Não é preciso fazer a figura, basta raciocinar: se com um dado corrector o cône de arrebentamento pôde ultrapassar o objectivo, está claro que na mesma trajectoria, um corrector mais baixo — isto é, um avanço do cône de arrebentamento quasi paralelo a si mesmo — com mais forte razão deixará illeso o objectivo.

Para attingil-o não ha remedio senão baixar o angulo de sitio sem alterar o corrector — baixamento do cône sem avanço sensivel — hypothese da trajectoria rigida. Se com este recurso os tiros baterem na cobertura então é que o objectivo está mesmo em segurança, desenfiado aos tiros. Não é mortal, é morteiro...

Ainda se o critico receitasse o augmento do corrector vá lá! Geometricamente poder-se-ia com esse recuo do cône attingir o objectivo. Efficazmente não: com essa altura, maior do que n (normal, de efficacia), esses balins não seriam efficazes.

XIX. N. 86 «O tiro de efficacia contra objectivos em movimento deve ser feito por grupos de tiros... As mais das vezes o exito será obtido pela marcha energica das alças sobre o objectivo.»

Confessa o critico que por mais esforço que fizesse não conseguiu comprehendê o significado

dessa expressão transcendente: marcha energica das alças sobre o objectivo. Lamentavel ! Accele sinceros «peza-nos !»

XX, N. 88. E' o caso do «fogo rapido com alça zero, espoleta em percussão». O critico enche quasi duas paginas do boletim com este nosso erro!

Certamente o Estado Maior tomara em conta esta corrigenda!

XXI. N. 92 (Tiro de efficacia com espoleta de percussão). «Para o tiro curvo do obuzeiro procura-se em geral o garfo dc 200 metros em tiro rasante. Inicia-se no meio deste garfo o tiro curvo e forma-se outro de 50 metros...» Ahi o critico saboreando um *erro de tradução* pretende corrigir o R. : onde se lê 200 metros deve ser 100. — Enganou-se : o *Estado maior* está com a boa doutrina. O grande substitutivo da I parte do R. T. alemão publicado em Março de 1911, de onde o critico colheu essa *correcção*, efectivamente trazia «garfo de 100 metros» ; mas já em Junho do mesmo anno, o Deckblatt n. 25 mandava emendar esse erro de impressão ; no novo R. de 11-1-14, que não está ao alcance do critico, tambem está «garfo de 200 metros».

XXII. N. 96 (Tiro contra objectivos instantaneos) «Sendo duvidoso que haja tempo de formar um garfo porque talvez desapareça o objectivo aos primeiros tiros, emprega-se o sh. tp. em grupos de tiros com alças escalonadas de 150 metros por secção ou por peça, segundo os dados que se tiver sobre a distancia...»

Acha o critico que o escalonamento devia ser de 100 metros como no R. alemão. E crê que no nosso R. tenha prevalecido «uma consideração talvez razoável, que sendo a bateria alemã de seis peças, com alças escalonadas de 100 bate 600 metros de profundidade, ao passo que a nossa bateria de 4, precisa escalonar de 150 para bater a mesma profundidade». A' primeira vista parece que houve da parte do critico algum esforço para descobrir a razão da modificação do R. brasileiro. Mas é engano!

Seis peças escalonadas de 100 batem sómente 500 m.; 4 peças escalonadas de 150 cobrem apenas 450 m.

Ora 500 metros de diferença entre as duas alças extremas duma bateria ou 450 — é quasi o mesmo — presupõe uma avaliação de distancia com erro que representa um maximo admissivel.

Se a nossa bateria escalonasse tambem de 100, apenas cobriria 300 metros o que presupõe uma avaliação de distancia de uma precisão notável, com a qual o nosso *Estado Maior* não conta.

XXIII. *Tiro contra objectivos instantaneos. Tiro à noite*. Estes dois pontos criticados na mesma pagina do Boletim (154) podiam estar mais approximados para fazerem resaltar ainda melhor o carácter de toda esta critica.

No primeiro ponto está dito : «Nesta parte, talvez com a preocupação de lhe darem um cunho de trabalho proprio, afastam-se por completo do espirito do manual alemão.

... Julgo que melhor teria sido a traducção fiel do manual».

No segundo ponto, o criterio fez uma pírula : «Esta parte muito ampliada e modificada da correspondente no alemão, está muito bôa.»

Só faltou acrescentar : *Julgo que andaram muito bem, não se limitando a uma pura traducção...*

Pois em um e outro caso está o critico redondamente enganado : as duas partes em questão

acham-se de inteiro acordo com as correspondentes do R. T. A. alemão de 11-1-1914, que não está ao alcance do critico.

XIV. *Tiro de grupo*. Diz o critico que esta parte é a traducção da correspondente do Manual alemão. E' outro attestado do criterio com que foi feito o estudo comparativo : Esta parte está fiel ao R. alemão em vigor, o qual apresenta bastantes modificações em relação ao substitutivo parcial de 1911, que é o manual de que se serviu o critico.

Observação final. Deixamos de parte algumas emendas propostas a titulo de «impropriedade de linguagem», porque *por mais esforços* que fizemos não conseguimos levar a sério tal argumento, depois que tivemos algumas horas em mãos o original autographo.

Capitão *Lima e Silva*

1º Tenente *B. Klinger*

REGIMEN DAS MASSAS

A adopção do regimen de massas no Ministerio da Guerra já tem trazido proveitosos resultados, como se poderá verificar na realidade de saldos em diversas verbas do seu orçamento.

Deste modo, proclamada a superioridade da sensata medida que tal systema trouxe, verdadeiro meio regulador da economia dos dinheiros publicos, seja-nos permitido lastimar que as condições financeiras do paiz não possam concorrer para a sua fiel execução.

Sabemos que tal facto não terá escapado á observação das altas autoridades militares; mas áquelles que, pela força de suas obrigações, estão em contacto directo com o commercio, essa verdade surge a cada instante.

A deficiencia de numerario na Contabilidade da Guerra tem dado causa ao retardamento de pagamentos de caracter inadiável e urgente, facto que coloca os responsaveis pela administração militar na contingencia de adquirirem no commercio, a credito o que para cada massa for necessário.

Assim, ao em vez da economia almejada, tem-se, na maioria dos casos, a aquisição de artigo de inferior qualidade pelo custo do de superior, isto devido á imposição inevitável por parte do vendedor, que não trepida na rapida elevação do preço de qualquer mercadoria, desde

que o seu lucro aumente, embora que de um modo pouco escrupuloso.

Quem compra, quem vai adquirir no mercado o que se torna necessário para a caserna ou para os estabelecimentos militares, é quem sente a repulsa que inspira tal procedimento, fructo da ganancia acobertada por manifesta desconfiança.

Mas, apezar dos pezares, podemos com segurança garantir e proclamar as vantagens do regimen de massas; porém, para evitar qne especuladores queiram se locoletar, tirar vantagens da angustiosa situação por que passa o paiz no terreno de suas finanças, e na impossibilidade em que ainda se acha a Contabilidade da Guerra de fazer o pagamento das massas na época determinada, melhor seria que, até que o Thesouro possa regularmente fazer seus suprimentos, fosse suspensa, temporariamente, a execução do regimen.

A acção do governo, tão patrioticamente empenhado na solução do magno problema da reconstituição do nosso credito, não tardará em conseguir melhores dias para a nossa Patria, dando-lhe o lugar de destaque a que tem direito entre as mais prosperas Nações.

Tratando do regimen das massas, julgo opportuno referir-me ao balancete de que cogita o Modelo n. 50, publicado no Boletim do Exercito n. 77 de 1910.

O modelo desse balancete foi mandado adoptar quando não se achava em execução o regimen de massas, e, por isso,inha razão de ser o modo pelo qual foi organizado.

Hoje, porém, com o regimen de massas, torna-se inexequível a sua execução, pois que difficulta, tornando mesmo impossivel a fiscalisação dos saldos das diversas rubricas que nelle já concorrem:—rancho, forragens, expediente, illuminação, alugueis de casas, etc., etc. Tendo organizado o modelo abaixo, que julgo preencher os fins a que se destina, não só pela facilidade de fiscalisação, como também pela rapidez com que o Conselho, no caso de despesa urgente, poderá em qualquer momento verificar o saldo de cada massa, aqui o deixo, para ser tomado na consideração que possa merecer.

1º Regimento de Infantaria

Balancete da receita e despesa do Conselho administrativo, no mez de Agosto de 1915

Número dos documentos	Classificação das massas	Receita	Despesa
	Rancho, etc. — Saldo do mez anterior.....	812\$420	
1	Importancia das etapas abonadas ás praças....	5:712\$800	
2	Idem das etapas fornecidas á E. Militar.....	25\$200	
3	Idem de louça indemnizada por praças	30\$000	
4	Idem de gratificação de praças presas.....	12\$000	
5	Idem paga a A. Fernandes, de generos		2:110\$000
6	Idem idem a P. Costa, de carne verde		410\$000
7	Idem idem a F. Pereira, de pão		200\$000
8	Idem idem a M. Vieira, pelo concerto na cosinha		20\$000
	Somma.....	6:592\$420	2:740\$000
	Saldo para Setembro.....		3:852\$420
	Forragem e ferragem —		
9	Saldo do mez anterior.	412\$600	
	Importancia recebida da Contabilidade da Guerra para o 3º trimestre	500\$000	
10	Idem da venda de estrume	50\$000	
11	Idem paga a Leal & C., de forragem.....		200\$000
12	Idem idem a Hime & C., de ferragens.....		15\$000
	Somma.....	962\$600	215\$000
	Saldo para Setembro.....		747\$600
	Illuminação — Saldo do mez anterior.....	150\$000	
13	Importancia recebida de Contabilidade da Guerra para o 3º trimestre	600\$000	
14	Idem paga á Light, de fornecimento de luz.....		130\$000
15	Idem idem a Guinle & C., de lampadas.....		25\$000
	Somma.....	750\$000	155\$000
	Saldo para Setembro.....		595\$000
	Aluguel de casas 2 % —		
16	Saldo do mez anterior.	500\$000	
	Importancia recebida dos officiaes	240\$000	
17	Idem paga a F. Lima, pelo concerto de uma janella na casa do Capitão F.		
18	Idem idem a M. Pereira, pelo concerto na cosinha da casa do fenantte A.....		26\$000
	Somma.....	740\$000	66\$000
	Saldo para Setembro.....		674\$000

Resumo dos saldos:

Rancho, etc.	3:852\$420
Forragem e ferragem	747\$600
Illuminação	595\$000
Aluguel de casas	674\$000
Total dos saldos em cofre	5:869\$020

Fica em cofre a quantia liquida de cinco contos oitocentos e sessenta e nove mil e vinte réis. — Quartel na Villa Militar, 10 de Setembro de 1915. — F. F., Intendente.

Adolpho Luiz de Carvalho.

Cap. Int. do Iº Reg. de Inf.

Questões á margem Das «Cartas» de Griepenkerl

(Continuação)

XII Designação abreviada dos corpos de tropa

Nos exemplos de «distribuição da tropa» nota-se que os batalhões e grupos incorporados são designados pela numeração romana, não assim os batalhões de caçadores e de engenharia.

A 2ª carta, pag. 32 § 4 diz: «Os batalhões e grupos de artilharia são numerados em algarismos romanos».

A versão franceza das «cartas» de Griepenkerl diz: «Les bataillons d'infanterie etc.» Ora, caçadores também são infantaria...

— Griepenkerl referindo-se a batalhões e grupos tem em mente os que pertencem a regimentos. Não se preocupou ele com uma absoluta precisão da linguagem, primeiramente porque se trata de um conhecimento elementar e familiar no exército alemão e em segundo lugar porque, para completar a exposição, ele envia o leitor ao art. 105 do R. S. C.

Vê-se aí que a numeração romana é reservada aos batalhões e grupos incorporados. Os batalhões, grupos e até companhias constituídos em corpos independentes designam-se pela numeração árabe, como os regimentos.

Os alemães têm sua boa razão de assim proceder: os únicos números romanos que elas precisam empregar são I, II e III porque a numeração dos batalhões e grupos arregimentados não atravessa o exército todo.

XIII Bagagem

(Vide XI, n. 23 pag. 347.) Na pag. 14, 6ª linha a contar de baixo é citado o R. S.

C. 52. Este, logo em seu 1º período refere-se á bagagem da qual tratam em detalhe os artigos 437 e 444. Aquelle enumera as diversas especies de viaturas que não pertencem á bagagem. Que denominação synthetica apropriada poder-se-ia dar-lhes?

— Diz o art. 437, 2º período: «As viaturas das baterias de combate da artilharia de campanha e da pesada, bem como o escalão de munições d'estas, as viaturas de combate das metralhadoras, as das unidades de telegraphia de campanha, de telephonia e de aeronautica não fazem parte da bagagem.»

Não existe uma designação generica para essas viaturas que fazem parte integrante das unidades de combate ou das auxiliares-technicas. Poderemos chamar-as *viaturas de linha*?

O art. 438 diz: A bagagem se divide em «bagagem de combate», isto é, a parte de que a tropa precisa mesmo no combate e «grande bagagem», isto é, a parte que só é necessaria no acantonamento ou no bivac. Vd. n. 23 desta vista, pag. 347.

— O mesmo art. 437 no fim do 1 período cita «Instruções para bagagens etc.»

Que instruções são essas?

— São as «instruções para bagagens, lumnas e trens» constituindo um volume como R. S. C., contendo as prescrições techniques táticas relativas ao assumpto, bem como a organização do respectivo material. Ellas abrangem as bagagens (de combate é grande bagagem), as columnas de munições (exclusive as c. ligeiras), as columnas de gaz (aeronautica), os trens (carruagens de viveres), as companhias de saúde e os trens de pontes. Ellas são completadas por outro volume intitulado: «Annexo das instruções para bagagens, etc.» que trata dos seguintes assumptos:

A) Trato dos cavalos, B) condução das viaturas, C) Marcha, acantonamento e bivac. Segurança etc., D) viaturas (conservação, carregamento de cada especie de viatura, reparações) E) armamento, (conservação, ajustamento, ensilhamento, equipamento, reparações).

XIV Viaturas de linha

a) Quaes as viaturas das baterias de combate da artilharia alemã de campanha da pesada e do escalão d'esta?

— Na artilharia de campanha: 6 v. p., 6 m, 1 v. observatorio. Na artilharia pesada (obzes pesados de campanha): 4 v. p., 4 v. m. e 1 v. observatorio; no seu escalão: 4 v. m., 1 sobresalentes e cavalos sobresalentes.

Cada commando de grupo de artilharia campanha dispõe de uma v. observatorio; o batalhão de artilharia pesada (4 baterias) tem 6 v. observatorios.

b) Quaes as viaturas das companhias ou grupos de metralhadoras, não pertencentes á bagagem?

— São 6 v. metralhadoras, 3 v. m. e 1 sobresalentes, todas a 2 parelhas.

Os grupos de metralhadoras (ligados á

vallaria) só têm 2 v. m. A companhia tem 4 officiaes, 71 praças, 22 cavallos, o grupo respectivamente 4, 89 e 54.

c) Viaturas das tropas de telegraphia, e telephonia?

— Encontra-se no R. S. C. :

554. A secção de telegrapho de exercito liga o comando de exercito ás linhas da direcção do telegrapho das etapas e atravez d'ellas á rede telegraphica e telephonica da patria. (Viaturas pesadas a 2 parelhas; fio nô ou cabo de campanha; construção de 1 kilometro em 30 a 40 minutos; 90 kilometros de linha; 8 a 12 estações de tráfego duplo, isto é, simultaneamente grafico e phonico pela mesma linha, além d'isso até 18 estações telephonicas).

A secção de telegrapho de corpo liga, em estação e em combate, o comando do corpo de exercito ao comando de exercito e, tanto quanto o fio chegar, ás divisões. (Viaturas leves a 1 parelha; cabo de campanha; construção de 1 kilometro em 30 minutos; 80 kilometros de linha; 8 a 12 estações de tráfego duplo e até 12 estações telephonicas.)

A secção de telegrapho de divisão da reserva liga a divisão de reserva independente ao comando de exercito ou ao do corpo de exercito vizinho (Capacidade 1/4 da secção de corpo).

555. A secção telephonica (a tres patrulhas) serve para a ligação entre os órgãos de comando, especialmente no combate, mas tambem em estação com os postos avançados, etc. (Viaturas e construção como nas secções de telegrapho de corpo; 1 kilometro em 20 minutos; cada patrulha 7 kilometros de linha e 4 estações.)

As secções telephonicas de infantaria ligam as unidades de tropa no combate.

556. Telegrapho de cavallaria. Cada regimento tem uma patrulha de telegraphistas, de 1 oficial, 4 sargentos, 4 soldados, divisivel em 2 turmas, cada uma com 1 estafeta.

Cada turma dispõe de 1 telephone (applicável ao tráfego Morse) 4 kilometros de fio, aparelhos para ligação com as linhas permanentes, 350 metros de cabo para transpor cursos d'água. Mais recursos na viatura de telegrapho do regimento e na viatura de utensils da secção de engenharia da divisão de cavallaria.

Uma patrulha pôde construir 7 kilometros de linha. O aproveitamento de linhas permanentes permite-lhe vencer maiores distâncias. O seu fio permite uma boa comunicação até a 15 kilometros. A segurança do funcionamento é fraca.

560. A radiotelegraphia liga os altos commandos do exercito. Cada um d'elles recebe uma estação; os mais importantes recebem estação dupla, uma das quaes permanece n'um ponto, e outra acompanha o quartel-general. O alcance de 100 a 200 kilometros... Montagem ou desmontagem d'uma estação: 3/4 de hora.

**

No manual de Lehnert (Lehnert's Handbuch für den Truppenführer, neu bearbeitet von Immanuel; existe tradução argentina) encontra-se efectivo de uma secção de telegrapho de corpo: 65 homens, 70 cavallos, 23 viaturas, formando pelotões. Uma secção de radiotelegraphia tem efectivo de 165 homens 150 cavallos, 17 viaturas.

Na Alemanha desde 1. 4. 1899 cessou a subordinação da telegraphia militar aos batalhões de

engenharia, creando-se 3 batalhões de telegraphia a 3 companhias.

Já em 1912 existiam 25 companhias de telegraphia.

A antiga escola de telegraphia militar foi transformada a 1. 10. 1899 em escola de telegrapho de cavallaria, subordinada ao 1º batalhão de telegraphia. A instrução d'essa tropa abrange a de telegraphia optica (projectores luminosos). Para esse serviço constituem as secções de telegraphia optica, compostas de 40 homens, 40 cavallos e 1 viatura. Diz a seu respeito o R. S. C.

558. Cada divisão de cavallaria tem uma secção de signalisação, dotada de projectores de campanha e de heliographo. Empregam-se os sinalaes Morse em forma de jactos de luz curtos e longos; é portanto necessário que as estações se vejam mutuamente. O projector alcança de dia a 20 kilometros, de noite 40, o heliographo (só com o sol claro) a 40 kilometros.

A velocidade de transmissão é de 60 palavras em meia hora. A secção dispõe de automóveis e motocycles.

d) Viaturas das tropas de aeronautica?

— Diz o R. S. C. 158:

As secções de aeronautas têm por missão descobrir a marcha do inimigo, o grupamento e desdobramento de suas forças, o desenvolvimento da artilharia e suas posições cobertas, bem como a situação das reservas inimigas, os trabalhos tecnicos (construção de baterias, etc.)

Devem informar constantemente ao comando em chefe sobre a situação do inimigo e de forças amigas.

Para poder satisfazer essas exigencias o comandante da secção deve saber das intenções do comando das tropas, das notícias recebidas do inimigo e dos mais importantes objectivos da observação.

O limite do esclarecimento aereo depende do estado meteorológico e da iluminação; só em circunstancias muito favoraveis poder-se-á contar com um alcance de mais de 7 kilometros.

A secção dispõe de meios para a ligação com o comando (telephone, estafetas, cyclistas).

Muitas vezes será necessário transmittir informações imediatamente a certa unidade, especialmente à artilharia.

Os dirigíveis servem principalmente ao esclarecimento estratégico.

**

Encontra-se no citado manual de Lehnert:

Cada secção de aeronautas tem 2 balões captivos de 600 metros cubicos, gaz para dois encilhamentos, em 12 viaturas; 1 viatura para o cabo do balão. Um balão fica «em acção» isto é, pronto para observar e participar, em 25 a 30 minutos. Altura média da ascensão 600 a 1000 metros. Em igual tempo pôde-se arriá-lo e o deixar pronto para a marcha. Seus avisos são comunicados para terra por telephone ou por escrito; n'este caso acondicionam-se em bolsas que descem ao longo do cabo. Tambem podem se empregar pombos correios.

Reserva de gaz e utensils na «columna de gaz» (1º escalão das columnas de munição).

Uma secção de aeronautica tem 190 homens, 120 cavallos, 18 viaturas.

Uma columna de gaz tem 400 homens, 70 cavallos e 16 viaturas.

XV Denominação das ordens

O R. S. C. no 2º periodo do § 1º do art. 52 diz:

«Cada organo de comando designa suas ordens de operações pelo nome da sua unidade ou conforme a repartição das tropas (ordem á vanguarda, aos postos avançados, etc.)»

Ao consulente parece haver falta de clareza sobre a denominação a empregar, parecendo-lhe mais frequente a decorrente da função atribuída á unidade á qual se destina a ordem.

— Em um mesmo tema ou mesma situação de guerra haverá sempre ordens com as duas espécies de denominação, as da 2ª decorrendo «hierarchicamente» das da 1ª. Por exemplo, uma *ordem á divisão* ou *ordem ao destacamento*, si ella fôr de movimento para a frente, dará lugar a uma *oraem á vanguarda*, para traz a uma *ordem á retaguarda*; si fôr de estacionamento, d'ella decorrerá uma *ordem aos postos avançados*.

XVI Regulamentos básicos

O consulente tem duvidas sobre os regulamentos de manobras citados a cada passo nas cartas de Griepenkerl. Acha tambem que o traductor teria feito bem, enumerando os R. que servem de base a esses estudos, ou quaesquer outros, de themes táticos.

— A primeira parte d'esta consulta é culpa das traduções francesas que chamam «règlement de manœuvres» aos «Exerzier Reglement». Hoje em dia já está generalizada a tradução correcta e vai cessando a confusão do *regulamento de manobras*, que deve ser um só para todas as armas, (como o Regulamento de Serviços em Campanha, vd. Editorial do n.º 18) com os regulamentos de exercícios das armas. Já é raro achar-se quem ainda diga: manobras de infantaria, manobras de artilharia. *Manobra* é exercício de armas combinadas, isto é, de *tropa mixta*.

Quanto á enumeração dos R. E. não haveria inconveniente. Mas necessaria não era: logo na pagina 9 da 1ª carta diz Griepenkerl:

«Antes de abordar os themes, aconselho o leitor a preparar-se da seguinte forma: estudar primeiramente os regulamentos de exercícios das tres armas...»

... Essa preparação completada ainda pelo estudo dos regulamentos de tiro e do serviço em campanha...

Principalmente é preciso conhecer bem o regulamento para o serviço em campanha...

O trabalho do sr. tenente Maciel da Costa sendo puramente uma tradução elle não devia permitir-se de introduzir observações ou simples artifícios que não se encontram no original. Se assim não fosse, com certeza elle não teria resistido á indiscutivel conveniencia de salientar em letras gordas aquelles topics ou de empregar uma nota recommendando especialmente aos patrios, o seguimento d'esse conselho de Griepenkerl. E' incontestavel que, em vista das

gerações actuaes nunca terem tido quem lhes voltasse as vistas para os estudos praticos da tactica, os nossos exercícios só nos proporcionarião o rendimento de que são capazes se nos armarmos d'aquelle preparação, estudando, meditando, sobretudo o R. S. C. e a parte relativa ao combate nos regulamentos das armas, a começar pelo fundamental: o combate da infantaria.

Pelas mesmas razões tambem entre nós deve merecer a maxima attenção o 4º conselho, pagina 12:

«Reler... nos regulamentos as partes relativas ao objecto do tema.»

Dest'arte, no nosso meio, os estudos de temas tacticos — preliminar indispensável para se fazer com methodo e proveito o jogo da guerra terão um merito todo especial, o de nos fazermos descobrir os nossos regulamentos, lê-los com o attractivo da applicação a casos concretos.

Klinger. (Continua)

Patrulhas de Infantaria

(De um manual do infante alemão, intitulado "Transfeldts Dienstunterricht für den Infanteristen".)

(CONCLUSÃO)

Participações relativas ao inimigo

a) Objecto

Não se podem estabelecer regras geraes a respeito do que se deve participar ou não. O primeiro contacto com o inimigo deve ser imediatamente participado especialmente verificando-se com as suas patrulhas de infantaria. O cdte. da patrulha não protele a expedição de tal aviso quem sabe na esperança de poder acrescentar mais detalhes; estes serão objecto de participações posteriores.

Para o superior o essencial é saber que foi encontrado o inimigo em determinada hora e em tal ponto.

A participação a mais completa não terá o minimo valor se chegar tarde.

Uma vez reconhecida a posição do inimigo e expedida a respectiva participação, não será mais necessário dar aviso do encontro de patrulhas inimigas; é claro que o inimigo ha de expedil-as.

Tambem não se deve deixar de participar qualquer modificação a respeito do inimigo. Exemplos: a patrulha nota que um posto inimigo retirou-se; será preciso logo verificar si se trata apenas de uma mudança de posição, ou se toda a força inimiga se retirou.

Muitas vezes tambem é muito impor-

tante saber que não ha alteração do lado do inimigo, ou que elle ainda não foi encontrado; portanto, tambem isso pôde ser objecto de participação.

b) Fórmula

Uma participação completa deve abranger os seguintes pontos.

1 — O que se viu do inimigo?

Que arma (uniforme), que força. A profundidade da marcha de uma companhia com efectivo de guerra, inclusive trem de combate, é de 100 metros, a de um esquadrão 120 metros. Tem-se um dado bastante approximado para a avaliação da força, quando se pudér observar que tempo decorre desde a chegada do começo até ao do fim da columna em marcha em um determinado ponto (por exemplo: uma arvore isolada, uma ponte, etc.). Si, por exemplo, uma columna de infantaria gasta 4 minutos a transpor uma ponte, ella tem 400 metros de profundidade, isto é, trata-se de um batalhão.

E' errado e enganador dar aviso em que conste: dois homens de sentinella, tres homens de patrulha, uma ponta de dez homens, etc.

A patrulha não deve participar, por exemplo: «Na sahida da povoação está uma sentinella dobrada.» E sim: «Dois homens observam da sahida da povoação.»

Si se trata de um posto de sentinella, ou de uma patrulha momentaneamente em observação, i so só poderá ser deduzido pelo superior que recebe o aviso, desde que os avisos posteriores de outras patrulhas sempre refiram esses mesmos dois homens na sahida da povoação.

2 — Como foi visto o inimigo?

Em marcha (que direcção?), em bivac, entrincheirando-se, etc.

3 — Quando foi visto o inimigo?

4 — Onde foi visto o inimigo? Em que pontos se achava o começo ou o fim de uma columna de marcha a determinada hora?

A participação tambem deve conter o que pretende a patrulha em seguida, por exemplo: «Eu volto via Villa Tal» ou «Eu sigo sobre Villa Qual».

Se o tempo e as circumstancias o permittirem as participações devem ser mandadas por escripto; o cdte. da patrulha deve ponderar se vale a pena mandar um de seus homens, o que enfraquece a patrulha, ou se fará a participação quando de regresso do serviço. Sempre é preciso scientificar o portador sobre o essencial da participação, pois que o papel em que ella fôr escripta pôde ser pedido. E' de vantagem que o portador tenha visto pessoalmente aquillo que elle vae participar. A todas as fracções pelas quaes elle passar, deve comunicar o assumpto da sua participação.

A participação deve ser escripta tão nitidamente que possa ser lida mesmo com luz deficiente (fogo de bivac). Os nomes de localidades demandam especial clareza na graphia.

Se na mesma zona um nome se apresenta repetido é preciso sempre empregar indicações que excluam a duvida (por exemplo, Villa Nova, 3 km. a S. O. de ...) Identico recurso é recomendavel para as localidades difficeis de achar na carta. Onde as localidades tiverem nomes duplos ou complementos é preciso empregar a designação inteira, por exemplo, Han a d. Nied. As estradas ou caminhos designam-se por duas localidades na ordem correspondente á direcção a seguir.

Uma companhia marcha na estrada »Villa Tal — São Fulano» isto é, marcha na direcção de São Fulano.

A designação de um ponto pela sua cota precisa sempre de um complemento, por exemplo, altura 542, 2 km. a N. E. de ..., pois que a mesma cota pôde aparecer em mais de um ponto.

As expressões «á direita» «á esquerda» «deante de» «atraz de» «aqueum» «alem» devem ser empregadas com cautela e em caso de duvida serão substituidas pelo rumo magnetico.

No texto da participação é preciso distinguir:

- o que propriamente a patrulha viu;
- o que outrem viu ou informou;
- o que é simples suposição.

As suposições devem ser fundamentadas. E' preciso indicar a procedencia das informações recebidas, por exemplo: Informa o guarda-floresta de Hammerwald que o inimigo occupou a aldeia Maskow com 1 batalhão, e não: «O inimigo occupou Maskow com um batalhão».

Exemplos:

1 — Uma ponta inimiga, seguida de uma columna, que avalio em 1 companhia, marcha na estrada Falkenhagen-Rosengarten. A testa da columna passou ás 5,20 no ponto onde sae o caminho de Petershof. Continuo a observar.

2 — Até á aldeia de Konikow nada do inimigo. Em Schwessin apparecem nuvens de poeira, por isso a patrulha avança nessa direcção.

Regresso

Antes de resolver o regresso o cdte. da patrulha deve examinar se cumpriu a missão.

E' muitas vezes vantajoso escolher um outro caminho para regressar. Assim a patrulha percorrerá mais terreno e será menos facilmente cortada, caso por exemplo, uma patrulha inimiga tenha observado o seu avanço e prepare um emboscada. Uma regra muito importante é que tambem no regresso a patrulha observe na direcção do inimigo; caso contrario, o inimigo poderia seguir-a sem ser notado.

Ao transpor a linha de sentinelas a patrulha tem que comunicar succinctamente á sentinella mais proxima o resultado de suas observações.

As *patrulhas fixas* permanecem até serem rendidas nos pontos para onde foram expedidas.

Uma excellente participação foi a que fez o cabo Röpsch na noite de 1 de Outubro de 1870, deante de Metz, tendo sido mandado pelo pequeno posto de Chatel contra os postos avançados franceses. Dizia ella: «As sentinelas dobravadas inimigas acham-se nos mesmos pontos, mas atraz d'ellas ouve-se ruido na estrada de Chatel, como si marchassem e se reunissem forças consideraveis. As sentinelas parecem hoje muito vigilantes, pois mal a patrulha se move, ella é chamada. Continuo a observar na curva da estrada.» Esse aviso chegou ás 3 horas da madrugada no pequeno posto; tres quartos de hora depois, vlnha esta outra: «O ruido torna-se cada vez mais forte; ouve-se o pisar de cavallos e vozes de commando; parece que se prepara uma sortida.» Em vista deste aviso, que se transmitiu tambem aos pequenos postos vizinhos, tomaram-se os dispositivos para a defesa.

Mal decorrera um quarto de hora, ouviram-se alguns tiros na frente e já chegava um homem da patrulha, esbaforido, participando que o inimigo avançava, força de alguns batalhões. O inimigo não chegou longe porque encontrou os nossos postos avançados preparados, e teve que retroceder com grandes perdas.

As rondas

ou patrulhas dentro da linha de postos avançados — em regra, dois homens, inclusive o cdte. — servem para a vigilância no terreno intermediario, onde não ha sentinelas e para a ligação com as fracções vizinhas. Ellas não devem mover-se ao longo da linha de sentinelas se esta for descoberta para o lado do inimigo,

A' noite ou com cerração forte ou quando não puderem ser vistas pelo inimigo, por exemplo, atraz de uma orla de matto, as rondas tambem podem mover-se ao longo da linha de sentinelas.

Ellas indagam das sentinelas o que descobriram e lhes comunicam as novidades de que tiveram conhecimento por outra sentinella ou patrulha. Encontrando algum homem doente de sentinella ou esquecido de seu dever, rendem-n'o e levam-n'o para o pequeno posto.

Dr. Miguel Calmon. Conhecida pela publicação do *Jornal do Commercio* a conferencia que inspirou o editorial deste numero, foi por nós expedido o seguinte telegramma:

Redactores revista militar A Defesa

Nacional, sinceramente vos felicitamos saberdes vêr guerra actual lições summa importancia nosso paiz. Consequencia esperamos empregareis todos vossos esforços patrióticos de homem publico eminente sentido realização nossa Patria idéas alludidas vossa conferencia Instituto Historico Bahia e que começam generalisar-se entre elementos esclarecidos todas classes sociaes, entre os homens que sobreponem interesses patrios ás solicitações egoistas. Em uma palavra, esperamos do vosso ardor patriótico e reconhecido talento decidida cooperação propaganda serviço militar e ensino primário obrigatorios, afim poupar Brasil tribulações futuras que advirão fatalmente se tardar demasiado organização militar conveniente que reconheceis imprescindivel.

Lima - Kling

A esse telegramma, esta resposta:

Agradeço summamente penhorado a V. Ex. e illustrados redactores revista generosas palavras que me dirigiram procurarei corresponder todo empenho patriótico appello. Cordeas saudações. — *Miguel Calmon.*

O registro militar na Capital da Republica

Do relatorio da inspecção a que procedeu o Sr. general J. I. B. Cardozo nos trabalhos das juntas de alistamento militar, effectuados desde 1908 até 1914, resulta que nos 25 municipios desta capital a somma dos alistados é de 37831.

Resultado de seis annos de registro numa capital de quasi um milhão de habitantes! E tudo isso imperfeito, pois de innumeros alistados não consta nem filiação, nem naturalidade, nem signaes caracteristicos, facto este que bastaria para revelar «o modo erroneo e prejudicial, por que durante seis annos se vem procedendo ao alistamento militar n'esta Capital». Semelhante resultado deve-se á má vontade da maioria dos esclarecidos patriotas, modelares cumpridores de seus deveres, os srs. funcionários civis membros das juntas, um dos quaes, o capitão Oldemar Maria de Lacerda, é apontado no relatorio como tendo procurado sempre por todos os meios esquivar-se ao cumprimento do dever.

No anno de 1914 muitas juntas dei-

xaram de funcionar, algumas por culpa dos delegados de polícia, que prenderam as listas; o numero de alistados baixou a 3600!

Transcrevemos a introdução do relatório:

Leitura

«Em cumprimento ás Instruções que regem as Inspeções dos Corpos de Tropa e estabelecimentos militares e em virtude do Aviso desse Ministerio, numero 435 de 18 de Março do corrente anno, apresento-vos hoje, o relatorio da inspecção a que procedi nas Juntas de Alistamento Militar desta Capital.

Antes, porém, de encetar a exposição dos resultados a que cheguei após detalhado exame da localização, funcionamento e escripturação das 25 juntas correspondentes aos 25 Districtos Municipaes, penso poder contribuir com algumas idéas, que, a respeito de tão melindroso assumpto, me parecem devem ser postas em prática e quanto antes afim de evitar á actual lei de sorteio a mesma sorte que teve a de 1874, cuja impraticabilidade ainda hoje lamentamos.

Empreendimento por sua natureza complexo, mesmo nos paizes em que o desenvolvimento de todas as esferas de accão, se não attingiu á perfeição, está contudo, em estado de ordem e progresso, não seria facilmente viavel em nosso paiz onde, pôde-se dizer, nem mesmo existem dados estatisticos de um recenseamento mais ou menos verdadeiro, da sua população, por indole, educação e instrução inteiramente refractaria ao serviço das armas.

Difícil, pois, se torna a pratica, já não digo do sorteio, mas do alistamento militar, não só pelas razões acima como principalmente pela vasta extensão do nosso territorio, infelizmente, ainda desprovido de vias de comunicações e falho de recursos que se tornam imprescindiveis á execução de semelhante serviço.

A falta de elementos para constituição das juntas encarregadas de proceder ao alistamento militar, a má vontade por parte dos dirigentes de embreiras e fabricas e o pouco caso de grande numero de autoridades civis, em relação a esse ramo de serviço publico, vêm ainda mais fortalecer os obstaculos com que têm de lutar, através dessa campanha patriótica e necessaria, aquelles que, incumbidos de pol-a em pratica, souberem com intelligente persistencia romper os impecilhos que se forem opondo á sua operosidade.

As causas acima apresentadas que entravam a realização do alistamento militar, podem, em parte, ser removidas, uma vez que na lei e respectivos regulamentos sejam previstas as responsabilidades dos seus infractores e que uma fiscalisação séria e permanente os aponte — ás autoridades superiores e estas com severidade queiram agir contra as partes que flagrantemente tentem oppor obstaculos á sua execução.

Na Capital Federal, e em outras cidades dos Estados onde estacionem unidades do Exercito, seria de maxima vantagem a constituição das juntas por officiaes de quadro activo, com a presença, ipenas, de um representante do município, autoridade que, sem inconveniente, poderia, nesta Capital, ser exercida por um só funcionario representante do Prefeito junto ás 25 juntas, evitando-se, desse modo, o afastamento de igual numero de funcionários que naturalmente farão falta ao serviço de suas repartições.

A meu ver a base do recenseamento militar assenta no Registro civil, fonte de todas as informações que se fazem necessarias e que sómente nela poderão ser, com relativa facilidade obtidas.

Pelo actual regulamento, as juntas de alistamento militar devem funcionar em dependencias de edificios publicos ou mesmo em casas particulares, entretanto, parece-me que melhor seria que elles fossem instaladas nas sedes das Pretorias, de cujos arquivos colheriam os elementos precisos para os seus trabalhos.

A ampliação dos deveres da junta, uma vez assim localisadas, poderia ser operada, exigindo-se-lhes a remessa annualmente ao registro militar da Região, de uma relação extraída dos livros de obitos, por meio da qual seria possivel fazerem-se as alterações dos alistados fallecidos, o que actualmente é de todo impossivel.

Os encarregados dos registros, por sua vez entre si, permutariam essas relações, após haverem delas excluido os nomes dos alistados alli residentes no perimetro da sua região.

«Como complemento dever-se-ia obrigar as autoridades policiais a enviarem annualmente ao registro militar os nomes dos individuos residentes nas circunscrições dos seus districtos, comprehendidos nas idades de 20 á 30 annos, bem como o estabelecimento de penas para os cidadãos que, alistados em um municipio, effectuarem mudança para outro, sem prévia comunicação ao presidente da respectiva junta de alistamento.»

Merce especial attenção o modo porque se vem fazendo a escripturação das juntas de alistamento, susceptivel de simplificação, com vantagem não só de tempo e trabalho, como pela economia que resultará *supprimindo-se as listas do modelo B.*

«Annualmente, em seguida ao encerramento do alistamento, os presidentes das juntas enviarão á Junta de revisão os livros de registro de actas e relação de alistados para nelles serem feitas as alterações provenientes da revisão.»

Esses livros, assim escripturados, serão remittidos ao Registro Militar da Região para a transcrição dos nomes dos alistados nos livros a isso destinados, voltando depois ás respectivas juntas.

A circulação desses livros pela Junta de Revisão e pelo Registro Militar, além das vantagens acima apontadas, será um meio de facil fiscalização do serviço, evitando-se irregularidades que futuramente, poderão causar embaraços á execução do sorteio.

São essas, em resumo, Senhor Ministro, as considerações que julguei de meu dever emitir sobre o que me parece mais acertado introduzir na regulamentação e execução do alistamento militar, quanto ao ponto de vista de sua praticabilidade em busca de resultados que venham resarcir as despezas que a Nação ha feito e continuará a fazer, nunca inferior a trinta contos nesta Capital, onde, sem computar os gastos provenientes de material de expediente, despende o Ministerio da Guerra cerca de vinte contos em publicações de editaes no Diario Official.

Para terminar, enfim, cabe-me referir a época de funcionamento das juntas de alistamento, de 15 de Setembro a 15 de Novembro, tempo esse por demais limitado para um trabalho que demanda troca de correspondencia muitas vezes retardada por motivo de ordem superior.

Com quanto as juntas funcionem na época supra citada, pelo actual regulamento elas são de carácter permanente e nenhum inconveniente traria o seu funcionamento *de 15 de Julho a 15 de Novembro*, com as vantagens não só de tempo como também para os trabalhos de revisão e conclusão de alistamento um mez antes da execução do sorteio que pela lei, deve ter lugar no ultimo domingo da primeira quinzena e no primeiro da segunda do mez de Dezembro.

De uma maneira ou d'outra quer seja remodelada a lei quer permaneça a mesma, o facto é que de modo algum convém a continuacão do alistamento á mercê da vontade bôa ou má d'aquelles que têm obrigacão de por todos os meios auxiliar os esforços da autoridade militar.»

Passagem de rio com os cavallos a nado

Segundo o regulamento alemão
Feldpionierdieust aller Waffen.

471. Quasi todos os cavallos sabem nadar. E' preciso dedicar aos exercícios de natação o tempo bastante para educar os cavallos a entrarem n'água sem medo nem hum e adextrar os homens para as travessias com os cavallos nadando presos a embarcações, ou ao lado de pinguelas ou sem nenhum meio auxiliar, isto é, nadando os homens ao lado dos cavallos, bem como em governar as embarcações arrastadas pelos cavallos a nado.

Como o exercicio demorado da natação fatiga muito os cavallos é preciso não fazel-o muito prolongado.

472. Todos esses exercícios de natação devem ser sempre dirigidos por um oficial, que deve ter principalmente em vista a disposição de recursos suficientes, preventivos de desastres. O lugar escolhido não deve ter as margens abruptas nem pantanosas, não apresentar corredeiras ou redemoinhos, mas uma corrente sensivelmente uniforme. Medidas de segurança e de salvamento como em 167 a 171

Cavallos nadando presos a embarcações

473. O pessoal do serviço da embarcação e os homens que devem segurar os cavallos embarcam, collocando-se os dois primeiros o mais possível na frente, os dois ultimos o mais possível atras.

Afasta-se a embarcação da margem, na direcção da travessia, prompta a partir, de modo que quanto antes os cavallos pégem o nado.

Os cavallos, 4 ou 6, conforme a embarcação, levados por outros homens são entregues aos que devem segurá-los na travessia, os quaes tomam a posição a mais baixa que puderem. E' preciso que nenhum cavalo venha a metter as mãos no barco e que este parta logo que estejam entregues os dois ultimos cavallos. Os homens seguram os animaes pela rédea do bridão e deixam os nadar, cuidando de não impedil-os em estender o pescoço na direcção do movimento. Convém colocar na frente, de cada lado, cavallos calmos, bons nadadores, afim de socegarem os outros, porventura ainda medrosos ou inquietos. Logo que pela natação conjuncta os cavallos arrastam a embarcação, os remadores nada fazem.

E' de grande influencia para a regularidade da operação a direcção do barco, a qual deve ser dada de modo a não perturbar o nado. A embarcação pode ser seguida de animaes nadando livremente; elles serão levados á agua por homens bons nadadores e são entregues a si mesmos logo que começam a acompanhar o barco.

474. Aproveita-se uma parte das embarcações disponíveis para *transportar* o equipamento e as armas. Nas grandes embarcações poderá esse transporte ser feito simultaneamente com a condução dos cavallos. O equipamento de cada cavalo deve ser bem entrouxado e colocado dentro da embarcação ou sobre ella; as lanças devem ser enfeixadas.

Cavallos nadando ao lado de pinguéla

475. Desde que se possa fazer a transposição do pessoal com seu equipamento sobre pinguelas encontradas ou adrede construidas, faz-se a travessia dos cavallos a nado guiando-os pela lança, ao lado da pinguéla, a jusante, depois de retirado o contraventamento. Para esse fim desloca-se a alça de couro da lança até aos dois zarelhos superiores da bandeirola, e em seguida prende-se-a na sisgola, de maneira que a ponta da lança sobresaia cerca de 20 centímetros.

E' preciso dois homens entrarem n'água e levar cada cavalo agua a dentro até que se deixe conduzir pelo seu guia que está sobre a pinguéla. O guia marcha de acordo com o movimento do cavalo. Pôde-se acelerar a travessia tocando os cavallos habilmente com um relho, a partir da margem.

Cavallos nadando livremente

476. O melhor é nadar com os cavallos em pello; contudo podem vencer pequenas extensões encilhados, desequipados, affrouxando o peitoral e a barrigueira, mas não muito. Com a sella equipada o cavalo não pôde nadar; o suadour tambem lh'o difficulta. Da mesma forma nenhum homem, mesmo bom nadador pôde vencer grandes distancias completamente equipado e de botas.

Por isso para as travessias a nado com os cavalos em liberdade é preciso fazer preparativos.

Os cavalleiros despem as tunicas e descalçam as botas, que são transpostas com o equipamento e as armas sobre fluctuantes (151-156). As rédeas fixas e falsas são passadas pela sisgola e atadas sobre o pescoco de modo que não possam passar por sobre as orelhas.

Desengata-se a barbella.

O melhor nadador com um cavalo seguro põe-se na testa, e todos seguem de um a um, com distancias, em direcção á margem opposta, si possível normalmente á corrente. A mão esquerda guia o cavalo pelo nó das rédeas ao passo que a mão direita segura firme nas crinas, atras da mão esquerda, uma largura de mão adeante da cernelha.

Logo que o cavalo pégá o nado, o cavalleiro sem soltar a crina e sem perturbar o cavalo deslisa para dentro d'água, do lado esquerdo do cavalo, estende-se para nadar e acompanha o cavalo nadando com as pernas e a mão esquerda, ou deixando-se arrastar.

Elle mantem o cavalo na direcção por meio das redeas accionadas levemente com a mão esquerda, ou dando lhe outro rumo por meio de

ligeiras pancadas dadas com a mão esquerda na agua, do lado conveniente. E' absolutamente necessário evitar qualquer violencia com as redeas na boca do cavalo ou sobrecarregar-lhe o dorso, pois d'ahi poderia resultar facilmente o cavalo tombar para a retaguarda afundando o postmão.

Caso por qualquer circunstancia o cavalleiro tenha que soltar a crina, deverá tratar de segurar a cauda e deixar-se arrastar assim.

Logo que o cavalo torne a tomar pé na outra margem o cavalleiro tem que tratar de montal-o novamente para não se separar d'elle. (*)

Todos esses pontos de vista devem ser observados nas travessias de cursos d'agua onde se deva contar com o nado.

477. Para passar um *vão*, em estado de completo equipamento, deve-se previamente recobrir o com cuidado e exigir que os cavalleiros passem um a um, com distancias e sigam exactamente a direcção do vão, pois frequentemente proximo a elle existem lugares profundos.

Klingert.

(*) Para evitar acidentes é preciso nos exercícios dispor alguns nadadores capazes, em barcos, promptos a prestar socorro.

Do Contestado

Observações colhidas nas operações da columna sul (*)

(Continuação)

11 — Transportes por agua e por terra

Transportes Fluviaes

Sempre que numa operação de guerra é possível encontrar, na mesma direcção em que marcham os destacamentos, cursos de agua navegáveis, tem-se muita vantagem em aproveitá-los para os transportes.

Infelizmente, apesar da nossa zona de operações no Contestado ser cortada de numerosos rios, quasi a totalidade delles é impraticável à navegação.

Durante a nossa campanha tive especialmente occasião de me aproveitar de uma linha fluvial esta foi o rio Itajahy, no percurso do ponto do mesmo nome até a cidade de Blumenau, numa extensão approximada de 60 kilómetros. Para o transporte do 58 de Caçadores, cujo efectivo era no dia 6 de Outubro do anno findo de 542 homens, todo o pessoal com bagagem, inclusive munição, generos e forragem para 10 dias para 26 animais durante o mesmo tempo, foi transportado em 4 chatas cuja tonelagem média era de 65 metros cúbicos. Essas chatas foram duas a duas rebocadas pelos vapores fluviaes *Santa Catharina*.

Blumenau onde tomaram passagem os officiaes, a falta de pratica do pessoal das companhias fluviaes e do proprio pessoal militar em transportes de força por esse meio, e bem assim a alta de um cães apropriado e de rampas moveis para acesso nas embarcações tornou a operação dolorosa.

Devido á insuficiencia e impropriedade do

material fluctuante, os animaes do batalhão tiveram de fazer o trajecto por terra. Cabe aqui uma observação relativa á necessidade que tem o Estado-Maior de fazer a estatística rigorosa dos meios de transporte fluvial no Brazil, de modo que elles possam ser fornecidos facilmente aos commandantes de força designados para semelhantes expedições. Haveria mesmo necessidade do governo entrar em acordo com as companhias fluviaes para que estas dispuzessem sempre de todos os recursos para o transporte rapido de forças militares, a exemplo do que se procura fazer com as estradas de ferro nacionaes e estrangeiras. O mesmo se pode tambem dizer em relação ao transporte marítimo, pois o pessoal dos vapores das companhias costeiras, apesar da frequencia com que tem transportado forças no nosso paiz, sente-se sempre embaraçado quando as expedições se fazem por mar. Ignoro mesmo se o Estado Maior possue dados precisos, que permittam calcular tais meios de transporte.

Transportes por estrada de ferro

Além da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande que tão importantes serviços prestou na presente campanha e que constituiu a *linha* (*) de etapas da columna do sul, tambem tive de me utilizar da linha de penetração da Estrada de Ferro de Santa Catharina, que tem a sua estação inicial em Blumenau. Para transportar o 58 desta cidade até a estação de Morro Pellado na extensão de 70 kilometros, tive de requisitar na manhã de 7 de Outubro um trem especial.

Tendo apenas fornecido á directoria da companhia o efectivo do meu batalhão e a hora em que me acharia na estação para o embarque, o transporte se fez com a maior ordem e regularidade em dois trens constituídos de carros de bagagens e de lastro nos quaes se improvisaram em menos de 3 horas, bancos de madeira, para accomodar todo o pessoal, de sorte que nenhum soldado viajou de pé, tornando-se facil a manutenção da disciplina durante a viagem e principalmente nas paradas obrigatorias das estações intermediarias.

O primeiro comboio conduzindo o estado maior do batalhão, 1^a e 2^a companhias, partiu ás 13 horas de Blumenau, o 2º conduzindo a 3^a companhia e estado menor e parte do material partiu 1/2 hora depois. O material restante inclusive 188 mil cartuchos em cunhetes e os 26 animais do batalhão foram transportados no dia seguinte, num trem especial. Cito com satisfação este exemplo que muito honra a directoria da referida estrada e que é digno de imitação.

Nos transportes das nossas forças em estrada de ferro e bem assim no transporte das cargas militares nota-se que o pessoal não está ainda habilitado a emprehender esse serviço com a rapidez e segurança necessarias. Ao menos em estrada de ferro de conhecida importancia militar como a Central do Brazil e a São Paulo-Rio Grande haveria toda a vantagem em proceder a continuos exercícios de embarques e desembarques de tropas, exercícios estes cuja utilidade se faria sentir não só para o pessoal militar como para os funcionários civis.

Quando numa operação militar se torna necessário a utilização permanente de uma estrada

(*) Publicação autorizada pelo Sr. coronel Francisco Raul Estillac Leal.

(*) Adoptada a definição do Regulamento Álemão do S. C.

de ferro ha toda a conveniencia em confiar a funcionários militares não só a fiscalisação do trafego, como a incumbencia de dirigir o movimento dos trens militares nas estações que fazem parte da linha de etapas propriamente dita. Não está de certo nas attribuições exclusivas de quem dirigir as operações militares resolver assumpto de tal natureza que já deve ter sido previsto e regulamentado desde o tempo de paz.

Seria tambem de grande utilidade, que nos carros de carga figurassem inscrições sobre o numero de animaes e homens que os mesmos podem transportar e que as companhias se obrigassem a fazer nos carros de carga em caso de concentração de forças, as adaptações necessarias para o transporte da artilharia, metralhadoras e toda sorte de viaturas militares.

Transportes por terra

Na região do Contestado, como em quasi todo o interior do Brazil, são raras as estradas carroçaveis. Tendo percorrido durante 6 mezes de operações 300 kilometros no Estado de Santa Catharina, só numa extensão de 58 kilometros (de Morro Pellado ao Passo do rio Trombudo, no Municipio de Blumenau) encontrei estradas de rodagem.

Nos pequenos trechos carroçaveis da minha marcha empreguei a carroça colonial de 4 rodas puchada a 2 e a 4 cavallos e que transportava em media 600 kilogrammas de carga.

O preço dessa carroça era de 20\$000 por viagem de 40 kilometros, ou 500 reis por kilometro, ou 33 reis por kilogrammo de carga.

Fóra dessa zona, tive de empregar exclusivamente o muar como meio de transporte.

O 58 de Caçadores tinha trazido do Rio 13 muares destinados simplesmente á tracção das viaturas que fui forçado a deixar na freguesia do Sul quando tive de emprehender a marcha para Curitybanos. Não me restou senão recorrer aos cargueiros civis pelos quaes paguei 12\$000 para transportar 90 kilogrammos á distancia de 150 kilometros, o que dá em media 80 reis por kilometro ou 133 reis por kilogrammo de carga. Estes dados são suficientes para demonstrar o baixo preço dos meios de transporte no interior dos nossos estados, o que seria sem duvida um grande factor do seu desenvolvimento commercial, se a falta absoluta de polícia não incrementasse a proliferação do banditismo.

A medida poren que fui me aproximando do sertão, não só encontrei dificuldades para contratar cargueiros civis, apavorados com a possibilidade dos encontros com o inimigo, como tambem aumentaram um pouco o preço dos cargueiros. Assim paguei 9\$000 para transportar 90 kilogrammos á distancia de 90 kilometros.

Na zona de operações propriamente dita, a partir de Perdizes Grandes, enquanto não estava organizado o serviço de trem da columna, tive de pagar 1\$500 por dia (inclusive os descansos que não excediam de 24 horas) para o serviço entre o armazém de campanha do Caçador e os acampamentos na Tapera.

O serviço de transportes a cargo dos 2 pelotões de trem que para servir a minha columna se organisavam nas estações de Caçador e de Calmon nunca satisfizeram plenamente as exigencias do importanter serviço de que estavam encarregados. E' exacto que os caminhos a percorrer eram penosos pela natureza montanhosa

do terreno e pela abundancia de corregos cujo transbordamento difficultava os transportes nos dias de chuva. Mas o que ficou irrefragavelmente provado, é que nosso pessoal militar não está habilitado para o serviço do trem, principalmente porque a instrucção de tempo de paz não visa preparal-o para agir com os elementos que terá de emplegar em campanha.

As mais comesinhas regras, sobre o trato de animaes e modo de arreial-os são inteiramente desconhecidas dos nossos conductores, e os officiaes a quem se confia a direcção dos comboios, em geral destacados da arma de cavallaria, tambem sem nenhuma instrucção especial, para o serviço de trem, aceitam essa incumbencia, na maioria dos casos como castigo, desempenhando-a sem ardor nem interesse.

Em quanto dificuldades desta natureza não forem removidas e não possuamos desde o tempo de paz o pessoal do trem devidamente recrutado e instruido, sou de parecer que devemos, nas zonas que possuam estes recursos, contratar tropeiros civis, com os seus respectivos animaes de carga.

Sem fallar nos casos precedentes em que sempre empreguei com vantagem este systema, basta referir o facto de que o serviço de transportes da minha columna só entrou numa phase regular, quando essa providencia foi adoptada embora em parte.

Naturalmente a lei de requisições, que maecei ou mais tarde, em beneficio do Estado e dos proprios interesses particulares, terá de ser promulgada, virá de modo mais completo resolver o problema dos transportes por terra nas zonas de operações militares, no que diz respeito quer aos animaes de carga, quer ás viaturas.

As tentativas feitas pela nossa administração militar para obtenção de um tipo de viaturas para os diferentes generos de transportes militares não conduziram jamais ao resultado que se deve esperar, de dotarmos o nosso exercito de um trem uniforme de guerra. Como a experiençia nos tem demonstrado, são rarissimas as nossas estradas carroçaveis, e elles não existem absolutamente nas zonas de operações propriamente ditas das nossas guerras irregulares, cujo theatro principal é o sertão. No periodo de concentração das nossas forças ainda é possivel lançar mão da carroça como meio de transporte, mas para obter as viaturas em numero sufficiente afim de constituir o trem ás destacamentos, desde as estações de desembarque até os pontos de concentração, basta adoptar em tempo de paz uma serie de medidas preventivas que dependem do Estado Maior do Exercito e do Poder Legislativo e que são assaz conhecidas para que eu tenha a impertinencia de repetil-as.

No intuito de augmentar o rendimento dos meios de transpoite da minha columna, o estado maior do commando das forças em operações ensaiou um comboio de carroças partindo de Calmon para abastecer os corpos concentrado nos Perdizes.

Entregue á direcção de um intelligent energetic official esse serviço mesmo assim não logrou o muito que se esperava.

A marcha mais vantajosa desse comboio teve lugar entre 14 e 17 de Março em que chefe do comboio conseguiu vencer 50 kilometro em 3 dias, conduzindo, em 4 carroças atrelladas 4 e 6 animaes, 3 dias de viveres para 100 homens

Com a intervenção da 2^a companhia de Engenharia conseguiu-se tornar perfeitamente carroçável o trecho de 28 kilómetros, comprendendo entre Calmon e Cachoeira, tendo sido para isso necessário construir 10 pontes para passageiros das carroças, além do concerto de outras duas, e dos estivamentos, quebramento de pedras, e movimentos de terra necessários para o acesso das viaturas. Graças a esses trabalhos, devidos à competência, actividade e excessiva boa vontade do 2º tenente Goyana Primo, commandante da mencionada companhia, o 2º pelotão de trem commandado pelo intelligent e bravo 2º tenente Arnaldo Marques Mancebo, passou a fazer em carroças o abastecimento quer de viveres, quer de forragens ao destacamento de cavalaria do tenente coronel Paiva concentrado em Cruzeiro a partir do mez de Março ultimo. Os resultados obtidos com o transporte em serviço depois da reparação da estrada, em 4 leguas do seu trajecto, foram satisfactorios. O que a companhia de engenharia realizou até a Cachoeira com relativa facilidade, não seria sufficiente para tornar carroçável, a metade restante da estrada até Tapéra, pois da Cachoeira em diante os caminhos são pessimos e tão accidentados quanto os da linha Caçador-Perdizes, só accessíveis a cargueiros. O emprego de uma carroça typo caminhão tirado á 6 animaes entre Calmon e Cruzeiro satifizeram plenamente.

12 — Meios de transmissão

Em combate, o unico meio de transmissão, que pude empregar foi o soldado ordenança ou o estafeta, pois dada a natureza especialissima do terreno, nunca se offereceu um caso em que me pudesse utilizar dos signaleiros.

Para transmissão de avisos e ordens entre grupos operando a distancia ainda foi esse o meio empregado, tornando-se necessário para essas missões especiaes, escolher soldados de elite, que se recommendassem pela sua reconhecida resistencia de marcha, bravura e intelligenzia.

A applicação do telephone de campanha precisa ser generalizada no nosso exercito pois poderá prestar inestimaveis serviços durante as operações, mesmo das guerras irregulares.

Cada batalhão de caçadores, regimento de infantaria, dito de cavalaria e grupo de artilharia deveria permanentemente possuir os apparelhos necessarios no minimo para 3 estações. Os elementos do material telephonico de campanha, em uso nos exercitos europeus, dos quaes alguns modelos tem vindo ao Brazil, são constituidos pelos apparelhos propriamente ditos (caixas de madeira contendo o telephone e as baterias) e pelas carretilhas com fio isolado para uma extensão variando de 5 a 10 kilómetros. Taes instalações muito portateis dotam os corpos de elementos proprios para a ligação telephonica ocasional entre as sub-unidades e o commando, principalmente no serviço de segurança e em alguns casos em combate, permittindo um meio de transmissão rapido e seguro, com valiosa economia de tempo e pessoal.

De 4 para 5 de Abril uma installação telephonica desta natureza ligando a Tapéra á guarda do reducto de Santa Maria teria posto em comunicação nesse momento emocionante da lucta o commando da columna do sul com o quartel general da divisão de operações em Porto

União da Victoria. Durante a tarde e a noite de 4, como nos ataques anteriores ao reducto de Santa Maria essas communicações eram remettidas por estafetas, do campo da lucta ao posto telephonico da Tapéra que os transmittia á estação do Caçador.

A linha telephonica Tapéra-Perdizes-Claudiano-Caçador, ligando o quartel-general da minha columna ao Hospital de Campanha, ao Campo de Aviação e á estação principal de etapas, prestou-me inestimaveis serviços, apesar das continuas interrupções a que estava sujeita.

De uma extensão de 32 kilómetros foi construída pela 2^a companhia de engenharia em 14 dias de trabalho ininterrupto, obtendo, assim em serviço diario uma média de 2 kilómetros e 300 metros. «O meu maior embaraço na construção dessa linha, diz o operoso 2º tenente Goyana Primo no seu relatorio, foi a falta de material adequado ao serviço de construção como seja carro bobina, desenroladora do fio, escadas metalicas, etc.»

Luctando com enormes dificuldades por ter de levar o fio por dentro da matta quasi impenetravel, e ter sido obrigado a abrir picadas e atravessar pantanos, o trabalho iniciado no dia 13 de Fevereiro foi terminado a 28 do mesmo mez. Uma vez installado o apparelho na Tapéra, mesmo assim a linha não entrou logo a funcionar regularmente e tornou-se necessário a designação de 3 turmas permanentes de reparação entre Tapéra-Perdizes, Perdizes-Aviação, Aviação-Caçador para quasi diariamente ligar o fio cortado pela queda das arvores e galhos de pinheiros, produzido pelos continuos pés de vento e tempestades. Esta circunstancia muito comum no sertão basta para condemnar o emprego do fio aereo em campanhas similares á do Contestado dando a preferencia ao fio isolado, aliás exclusivamente empregado hoje em todas as installações telephonicas para uso na guerra.

Os apparelhos a principio installados foram os de campanha L. M. Ericson e Cia. que não deram bom resultado mesmo depois de reforçados com pilhas secas, na suposição de que se tratasse de falta de energia electrica. Effectivamente os apparelhos de campanha propriamente ditos destinam-se principalmente ás estações occasioneas, devido ao facil exgotamento da corrente e a substituição deste pelos telephones communs, nas estações fixas da linha telephonica, Tapéra-Caçador foi o unico meio de assegurar o seu funcionamento que teria sido perfeito, durante 2 mezes, se não fossem as continuas quedas e rupturas do fio a que já fiz referencias.

Para obviar o inconveniente das constantes queimas de apparelhos pelas faiscas electricas, o recurso empregado foi o da intercalação dos fusíveis, e se mesmo depois da collocação destes os incidentes ainda se repetiram, correram certamente por conta da impericia e descuido dos soldados empregados na estação.

Dentre as estações radio-telegraphicas de campanha estudadas em 1913 pela 2^a secção do Grande Estado Maior, a apresentada pela companhia Telefunken, de um alcance de 75 á 100 kilómetros numa região de 25 % de mattas, do peso total de 320 kilogrammos, transportavel em 4 cargueiros, seria a unica cuja applicação deveria ter sido tentada no Contestado. E' inutil encarecer o serviço que nos teriam prestado duas estações destas, se as operações no periodo de 29 de

Março á 4 de Abril tivessem sido conduzidas de combinação entre as columnas do norte e do sul.

O chefe de um destacamento operando em regiões desprovistas de recursos proprios, e onde as comunicações são dificeis terá na maioria dos casos de agir sem auxilio dos meios technicos estabelecidos para as transmissões em campanha e, para comunicar-se com a direcção superior, com os seus centros de abastecimento, ou para procurar a ligação com os destacamentos amigos terá necessidade de adoptar ousadas resoluções, para cuja execução precisará contar com officiaes e soldados de grande coragem e carácter aventureiro.

13 – Acção das diferentes armas

A infantaria não conhecendo terrenos inacessíveis, é por excellencia a arma mais apropriada ás operações de uma guerra irregular.

Não se deve dahi concluir que ella possa empregar todos os processos de combate peculiares á sua acção no theatro commun de uma grande guerra. Extensão das frentes, profundidade de combate, divisão de esforços, emprego do tiro collectivo, todas essas questões da tactica particular da arma, tem de ficar subordinadas ás circumstâncias *sui generis* do theatro das operações, para as quaes precisamente os seus regulamentos não foram nem podiam ser elaborados. Quando se falla dos combates de bosques e do ataque de povoações nos nossos regulamentos de exercícios não se tem em vista os cassos particulares das nossas infindaveis e pujantes florestas, nem os esconhos grotões, onde os bandoleiros accumulam seus recursos e organisam seus centros de resistência.

O emprego mais efficaz da arma, consiste em conduzil-a, habilmente por onde o inimigo não se supponha atacável, para cahir de surpresa na retaguarda dos seus postos, contornando as trincheiras e emboscadas adrede preparadas. Operações dessa natureza exigem que o soldado tenha sido aligeirado de todo o material podendo embaraçar a sua marcha atravez os obstaculos do terreno, que o chefe tenha a tropa solidamente na mão, e que seja guiado por bons vaqueanos, na falta absoluta de cartas e outros meios efficazes de informação. No modo de approximação da infantaria é que está o segredo do successo no ataque aos antros dos bandidos. Se este movimento é coroado de exito é possível tirar o maximo partido do fogo e da bayoneta.

Cavallaria. Nas operações do Sul contra os fanaticos só poderia essa arma ter sido empregada em massa entre Lages e Curitybanos, mas infelizmente quando o destacamento do tenente coronel Paiva chegou a Campos Novos os bandoleiros já se tinham retirado para a serra de Santa Maria.

Devido á escassez de caminhos e á natureza destes, em geral empedrados e com fortes rampas, não foi possível empregar effICIENTEMENTE a cavallaria no serviço de esclarecimento á distancia; mas nas marchas de Curitybanos a Perdizes ainda foi possível utilisa-la como orgão de esclarecimento immediato da columna.

Na zona Lageado-Tapera-Perdizes-Luiz de Souza as explorações sempre foram confiadas a patrulhas de cavallarii, que agindo em terreno relativamente plano e aberto, cumpriram satisfactoriamente essa missão aprisionando bombeiros e grupos de fugitivos.

Não obstante as dificuldades do terreno, o tenente coronel Paiva partindo de Campos Novos executou varios raíds até Taquarussú, tendo numa destas operações, surprehendido e debandado um ajuntamento de bandoleiros que se propunham a restabelecer o antigo reducto. Entre outras importantes marchas dirigidas por esse official, destaca-se a que executou de Campos Novos à Perdizes percorrendo 78 kilometros de matto em 8 dias, e chegando ao ponto terminal do seu itinerario, com todos os homens montados e os cavallos em perfeito estado.

Em theatros de operações desta ordem a cavallaria pode e deve ser empregada, mas é preciso que os seus officiaes redobrem de zélo com os animaes, para durante as marchas proporcionarem rigorosamente as andaduras á natureza do sólo, sabendo poupar intelligentemente as montadas. Por outro lado, é preciso que a cavallaria, não despreze o serviço a pé, pois a partir de certos pontos o esclarecimento não poderá ser levado a effeito de outra forma. Exemplo digno de ser citado deste emprego da arma deu ainda o tenente coronel Paiva quando operou de 9 de Fevereiro á 16 de Março na serra da Esperança, executando continuadamente explorações a pé num raio de mais de 3 legoas.

A artilharia de montanha é de todas a que está mais indicada para operar com a infantaria no sertão, não só pelo pequeno peso do material, facil de deslocar a braço, como pelo seu facil e pratico modo de transporte.

Nas acções em que esteve envolvida a minha columna, não pude infelizmente tirar grande partido da artilharia de montanha e isso devido ao desenfiamento grande das posições ocupadas pelo inimigo.

Uma artilharia de tiro curvo pôde em certos casos ter vantajosa applicação nesta guerra, e exemplo disso está, no importante papel que desempenhou no ataque ao reducto de Santa Maria a bateria de obuzes, que conseguiu bater a guarda principal e o aldeamento com um tiro certeiro tomando posição fóra da matta a uma distância de 1.500 á 3.000 metros dos objectivos.

O problema do emprego dessa artilharia que relativamente á natureza das nossas outras peças de campanha, pôde ser chamada de pesada, está em poder-se transportal-a ao logar onde o seu emprego é reclamado. A 2^a bateria de obuzes fez por «secções», a marcha de Calmon Á Tapera. A 1^a secção com 2 bocas de fogo e 2 carros de munição carregados, puchados á 4 bois, venceu essa distância em 5 etapes, mas a 2^a secção partindo de Calmon conseguiu chegar á Tapera devido ao melhor estado dos caminhos em 3 dias, empregando tambem o boi, como animal de tração.

Engenharia. As tropas de engenharia estão destinadas a prestar inestimáveis serviços nas guerras do interior, para reparar estradas, abrir caminhos, construir pontes, e instalar linhas telegraphicais.

Dada a abundancia de material para os diversos generos de construcção da campanha, que no nosso paiz se encontra por toda a parte, essas unidades não necessitam de transportar consigo se não a ferramenta necessaria aos seus serviços especiaes.

Na minha zona de operações, a 2^a companhia de engenharia, além da preparação de 28 kilometros na estrada Calmon-Lageado, e da construcção da linha telephonica, transformou a picada Caçador-Perdizes numa estrada de 30 kilometros praticável á continua circulação de forças e comboios.

Este trabalho ficou concluido em 18 dias, e exigio a construção de 18 pontilhões, a derrubada de grandes arvores, e grandes movimentos de terra principalmente na serra do Claudio.

Para aumentar a efficiencia em campanha das companhias de engenharia é preciso dotal-as do material necessario e fornecer-lhes em caso de mobilisacao um comboio autonomo cujos condutores provenham dos esquadrões de trem afim de tornar todo o pessoal disponivel para os pernos trabalhos de que serão incumbidos.

Laura Peri Klenger (Continua).

CONFERENCIAS REGIONAIS NO PERÚ. Do Boletin del Ministerio de Guerra y Marina, numero de Março ultimo.

Com o louvavel fim de tornar conhecida a novissima Lei do Serviço Militar Obrigatorio e promover a verdadeira interpretação de seus preceitos a Commandancia Geral ordenou aos chefes provinciales que realisem conferencias mensaes sobre este tema tão importante.

E' bem sabido por todos como repugnam á massa dos cidadãos as obrigações impostas pelo Serviço Militar e a conhecida tendencia de as burlar, o que só se explica por uma supina ignorancia dos deveres cívicos ou por completo desconhecimento da Lei e das garantias que ella oferece.

E' incontestavel que o povo tem sabido dar provas de seu patriotismo acudindo pressuroso ao chamamento da Patria, quando em perigo. Mas de que serve á Patria em seus momentos de angustia o concurso de seus filhos, muito patriotas, muito valentes e decididos, se não estiverem adextrados para a guerra?

As batalhas do seculo XX não se decidem simplesmente com homens mais ou menos valerosos, simão com soldados completamente preparados para a luta.

O serviço militar obrigatorio foi criado pela lei de 10-12-1898. Antes d'isso pôde-se dizer que não existia lei que fixasse a forma pela qual os cidadãos deviam pagar seu imposto de sangue á Nação.

Com elementos tão heterogeneos era natural adoptar-se uma forma de disciplina especial. O pão e o lategó eram os principaes mestres.

Era natural que nestas condições o Exercito fosse olhado não como guarda da honra e soberania nacionaes, como garantia de ordem no interior e de respeito por parte do estrangeiro, como fiel defensor das instituições e dos direitos dos cidadãos, como a sublime escola do dever onde se aprende a amar a bandeira e a morrer por ella, como o templo sagrado onde só tem entrada os crentes fieis e abnegados do culto bendito da Patria; era olhado por uns com o mais profundo temor considerando-o um centro tenebroso onde se applicavam crueldades martyrios e se soffriam horriveis penalidades, por outros com a maior indifferença, e pela classe elevada com o mais profundo desdém, com irritante desprezo.

Com uma organisação tão espirúia não era dado pretender o resurgimento do poder militar nacional.

Persuadido destes males o governo contratau com a França em 1895 uma «missão» que instruisse e reformasse o exercito.

D'ahi à citada lei do Serviço Militar Obrigatorio, reformada pela lei de 31 de Maio de 1912. Desde aquella época se vêm luctando infa-

tigavelmente por que na pratica sejam verdade todos os preceitos dessa lei; desgraçadamente são muitos os escolhos que entorpecem o caminho, mas o mais grave de todos é a falta de espirito militar na alma nacional.

Espirito militar é a virtude mais sublime, mais nobre a que deve aspirar todo povo que deseje fazer-se grande e queira ver-se respeitado; hoje que não há maior razão que a força nem mais direito que o que dão as boccas dos canhões... Não devemos esperar que um inimigo venha arrombar nossas portas com as suas bayonetas para então, tomados de surpresa, acudirmos a empunhar armas com entusiasmo viril mas sem saber empregal-as e em atropellada confusão marcharmos cegos para o combate. Não! E' necessário que o inimigo nos encontre preparados, arma na mão, dispostos a lutar e capazes de castigar sua audacia.

Para conseguil-o é preciso converter os cidadãos em soldados, amar muito o Exercito, estimular-o, alental-o com os nossos aplausos, orgulhar-se de vestir a farda e não vêr debaixo d'ella sinão corações patriotas que se educam na nobre escola do dever e na qual se ensina o caminho que conduz á gloria...

Klinger

Subscrição para as famílias das vítimas dos "fanáticos" do Contestado

N. da lista	PROCEDENCIA	QUANTIA
Somma publicada no nº 33, pag. 364.	13:938\$200	
28 Supremo Tribunal Militar	130\$000	
Capitão Araripe de Macedo	5\$000	
		14:073\$200
◆◆◆		

A primeira lista remettida ao S. T. M. não chegou a destino, por essa razão só agora aparece esta contribuição.

O Sr. general F. Mendes de Moraes resolveu distribuir provisoriamente a cota de 500\$000 em logar de 400\$000 ás familias de officiaes fallecidos na campanha, estando já attendidas cinco.

Para as familias das praças victimadas a cota foi provisoriamente fixada em 120\$000 Rs., estando por ora apenas attendidas tres.

Estas cotas fôram fixadas de accordo com o numero de habilitações provaveis, e destinando para as familias dos officiaes sómente a metade da somma subscripta por officiaes e a metade da somma proveniente de subscrições de civis. Para as familias de praças destinou-se toda a somma subscripta por praças e mais a outra metade das duas partes acima referidas.

EXPEDIENTE

Com o n.º 23 distribuimos o *decimo terceiro fasciculo de Kriepenkerl* e com este o *decimo quarto*, bem como o *Indice do 2º Anno* desta Revista.

*

A Defesa Nacional deixa aos seus colaboradores a inteira responsabilidade das opiniões que emittirem em seus artigos.

Os extravios causados pel' falta de comunicação oportunâa das mudanças de endereço correm por conta do assignante.